

DEONTOLOGIA	35		
Dailson Soares de Rezende			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	35		
+ QUESTÕES	37		
1. ATIVIDADE DE ADVOCACIA.....	37		
1.1. DA CONSULTORIA, ASSESSORIA E DIREÇÃO JURÍDICAS.....	37		
1.2. DAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA ADVOCACIA	40		
1.3. DA NATUREZA DA ADVOCACIA	40		
1.4. DA ADVOCACIA PÚBLICA.....	41		
1.5. DA ATUAÇÃO DE ESTAGIÁRIO	41		
1.6. DA NULIDADE DOS ATOS DE ADVOCACIA PRATICADOS ILEGALMENTE.....	43		
1.7. DO MANDATO	43		
2. DOS DIREITOS DO ADVOGADO.....	48		
2.1. DA INDEPENDÊNCIA DO ADVOGADO ANTE O JUIZ E OS AGENTES PÚBLICOS.....	48		
2.2. DA LIBERDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	49		
2.3. DO SIGILO PROFISSIONAL.....	49		
2.4. DA INVIOABILIDADE DO LOCAL E DOS MEIOS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL	54		
2.5. DA COMUNICAÇÃO COM CLIENTE PRESO.....	55		
2.6. DA PRISÃO EM FLAGRANTE DO ADVOGADO	56		
2.7. DA PRISÃO EM SALA DE ESTADO MAIOR.....	57		
2.8. DO DIREITO DE INGRESSO EM ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E LOCAIS PÚBLICOS.....	58		
2.9. DA RELAÇÃO COM MAGISTRADOS	60		
2.10. DA SUSTENTAÇÃO ORAL NOS TRIBUNAIS.....	62		
2.11. DO USO DA PALAVRA ORAL	63		
2.11.1. DOS ESCLARECIMENTOS.....	63		
2.11.2. DAS RECLAMAÇÕES	64		
2.12. DO DIREITO A EXAME E VISTAS DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.....	65		
2.13. DO DESAGRAVO PÚBLICO.....	69		
2.14. DA RETIRADA DO RECINTO.....	71		
2.15. DIREITOS E GARANTIAS PARA A ADVOGADA GESTANTE, LACTANTE, ADOTANTE OU QUE DER À LUZ E PARA O ADVOGADO QUE SE TORNAR PAI	73		
3. DA INSCRIÇÃO NA OAB.....	74		
3.1. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO COMO ADVOGADO	74		
3.1.1. DO DIPLOMA DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	74		
3.2. DO ESTAGIÁRIO	75		
3.3. DA INSCRIÇÃO PRINCIPAL E SUPLEMENTAR ..	76		
3.4. DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO	77		
3.5. DO LICENCIAMENTO DO ADVOGADO	79		
4. DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	80		
5. DO ADVOGADO EMPREGADO	84		
6. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	86		
7. DAS INCOMPATIBILIDADES E DOS IMPEDIMENTOS.....	94		
		7.1. DAS INCOMPATIBILIDADES COM A ADVOCACIA	94
		7.2. DOS IMPEDIMENTOS.....	97
		7.2.1. DOS PROCURADORES-GERAIS E DIRETORES JURÍDICOS.....	97
		7.2.2. MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO...	97
		7.2.3. DEMAIS TIPOS ESPECIAIS DE IMPEDIMENTOS.....	98
		7.2.4. DO NÃO IMPEDIMENTO DOS DOCENTES DOS CURSOS JURÍDICOS	99
		8. DA ÉTICA DO ADVOGADO.....	100
		9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES..	117
		9.1. DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES PUNÍVEIS COM CENSURA.....	117
		9.1.1. DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO POR IMPEDIDOS, INCOMPATIBILIZADOS OU NÃO INSCRITOS	117
		9.1.2. DA UTILIZAÇÃO DE AGENCIADOR DE CAUSAS.....	118
		9.1.3. ADVOGAR CONTRA LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI	119
		9.1.4. DO ENTENDIMENTO DIRETO COM A PARTE CONTRÁRIA SEM PRÉVIAS AUTORIZAÇÃO DO CLIENTE E CIÊNCIA DO ADVOGADO ADVERSO.....	120
		9.1.5. DO ABANDONO DE CAUSA.....	121
		9.1.6. DA RECUSA DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA.....	121
		9.1.7. DA PUBLICIDADE DE TRABALHO PELA IMPRENSA	122
		9.1.8. DA MANIPULAÇÃO FRAUDULENTA DE CITAÇÕES	123
		9.1.9. DA IMPUTAÇÃO DE FATO CRIMINOSO.....	124
		9.2. DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES PUNÍVEIS COM SUSPENSÃO	124
		9.2.1. DA SOLICITAÇÃO OU RECEBIMENTO DE QUALQUER IMPORTÂNCIA PARA APLICAÇÃO ILÍCITA OU DESONESTA DO CONSTITUINTE.....	124
		9.2.2. DA RECUSA INJUSTIFICADA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	124
		9.2.3. DO EXTRAVIO OU RETENÇÃO ABUSIVA DE AUTOS.....	125
		9.2.4. DA INÉPCIA PROFISSIONAL	126
		9.2.5. DA CONDUTA INCOMPATÍVEL	127
		9.3. DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES PUNÍVEIS COM EXCLUSÃO	127
		9.3.1. DA FALSIDADE DOS REQUISITOS DE INSCRIÇÃO	127
		9.4. ATENUANTES E AGRAVANTES.....	128
		9.5. REABILITAÇÃO.....	128
		9.6. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	129
		10. DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.....	130

10.1	DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO.....	130	16	DOS RECURSOS.....	158
10.2	CONSELHO FEDERAL DA OAB.....	131	+	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	158
10.3	DO CONSELHO SECCIONAL DA OAB.....	134	1	SÚMULAS DO STF.....	158
10.4	DA SUBSEÇÃO.....	135	1.1	ATIVIDADE DE ADVOCACIA.....	158
10.5	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS....	136	1.2	DIREITO A EXAME E VISTAS DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.....	158
10.6	DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS.....	136	1.3	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	158
11	PROCESSO DISCIPLINAR.....	138	2	SÚMULAS DO STJ.....	159
11.1	COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	138	2.1	ATIVIDADE DE ADVOCACIA.....	159
11.2	TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	138	2.2	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	159
11.3	PROCEDIMENTOS.....	139	+	INFORMATIVOS DO STF.....	160
12	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS...	141	1	ADVOCACIA.....	160
12.1	DO REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB.....	141	2	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	160
12.1.1	DA VEDAÇÃO DE ATUAÇÃO SIMULTÂNEA COMO PATRONO E PREPOSTO.....	141	+	INFORMATIVOS DO STJ.....	161
12.1.2	DO EFETIVO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.....	141	1	ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB.....	161
12.1.3	DA ASSISTÊNCIA DO REPRESENTANTE DA OAB NOS INQUÉRITOS POLICIAIS E AÇÕES PENAIIS.....	142	2	INSCRIÇÃO NO QUADRO DE ADVOGADOS PERANTE A OAB.....	161
12.1.4	DO ESTÁGIO PROFISSIONAL.....	143	3	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	162
12.1.5	DA AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO OU ALIENAÇÃO DE BENS DA OAB.....	145	DIREITO ADMINISTRATIVO.....	165	
12.1.6	DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA....	145	<i>Leandro Bortoleto e Luís Felipe Cirino</i>		
12.1.7	DAS CONFERÊNCIAS E DOS COLÉGIOS DE PRESIDENTES.....	145	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	165	
+	DICAS.....	147	+	QUESTÕES.....	167
1	DA ATIVIDADE DE ADVOCACIA.....	147	1.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	167
2	DA NATUREZA DA ADVOCACIA.....	147	2.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	169
3	DO MANDATO.....	147	3.	AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	180
4	DOS DIREITOS DO ADVOGADO.....	147	4.	REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90.....	190
4.1	DA INDEPENDÊNCIA DO ADVOGADO ANTE O JUIZ E OS AGENTES PÚBLICOS.....	147	5.	PODERES ADMINISTRATIVOS.....	196
4.2	DA INVIOABILIDADE DO LOCAL E DOS MEIOS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....	147	6.	ATO ADMINISTRATIVO.....	202
4.3	DA COMUNICAÇÃO COM CLIENTE PRESO.....	147	7.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99.....	207
4.4	DA PRISÃO EM FLAGRANTE DO ADVOGADO.....	148	8.	LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	208
4.5	DO DIREITO DE INGRESSO EM ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E LOCAIS PÚBLICOS.....	148	9.	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	216
4.6	DO DIREITO A EXAME E VISTAS DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.....	148	10.	BENS PÚBLICOS.....	225
4.7	DO DESAGRAVO PÚBLICO.....	149	11.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	228
4.8	DA RETIRADA DO RECINTO.....	149	12.	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	235
4.9	DO DIREITO DE ASSISTIR AOS CLIENTES INVESTIGADOS DURANTE A APURAÇÃO DE INFRAÇÕES.....	149	13.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	240
4.10	DIREITOS E GARANTIAS PARA A ADVOGADA GESTANTE, LACTANTE, ADOTANTE OU QUE DER À LUZ E PARA O ADVOGADO QUE SE TORNAR PAI.....	150	14.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92.....	241
5	DA ADVOCACIA PÚBLICA.....	150	+	DICAS.....	246
6	DA ATUAÇÃO DE ESTAGIÁRIO.....	150	1.	CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	246
7	DA INSCRIÇÃO NA OAB.....	150	2.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	246
7.1	DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO COMO ADVOGADO E ESTAGIÁRIO.....	150	3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	247
8	DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	151	4.	AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	250
9	DO ADVOGADO EMPREGADO.....	151	5.	REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	254
10	DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	152	5.1.	LEI Nº 8.112/90.....	254
11	DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.....	152	6.	PODERES ADMINISTRATIVOS.....	262
12	DA ÉTICA DO ADVOGADO (CUIDADO: DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO DE ÉTICA). REPREARE BEM NAS ALTERAÇÕES.....	152	7.	ATO ADMINISTRATIVO.....	263
13	DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES.....	155	8.	PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	265
14	DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.....	157	8.1.	LEI Nº 9.784/99.....	265
15	DO PROCESSO DISCIPLINAR.....	157			

9. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO	267	DIREITO CONSTITUCIONAL.....	293
10. SERVIÇOS PÚBLICOS	273	<i>Paulo Léporé</i>	
11. BENS PÚBLICOS.....	275	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	293
12. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	276	+ QUESTÕES	295
13. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	278	1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO, DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	295
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	279	1.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS	299
15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	280	1.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS. TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES: MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS, HABEAS DATA, AÇÃO POPULAR, MANDADO DE INJUNÇÃO E DIREITO DE PETIÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA..	308
+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	282	1.3. DIREITOS SOCIAIS.....	314
1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ...	282	1.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	317
1.1 SÚMULA DO STF.....	282	1.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	319
2. AGENTES PÚBLICOS	282	2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	325
2.1. SERVIDOR PÚBLICO	282	2.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA. INTERVENÇÃO. ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO	325
2.1.1. CONCURSO PÚBLICO.....	282	2.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	332
2.1.2. DEMISSÃO.....	283	2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	337
2.1.3. DISPONIBILIDADE	283	2.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	339
2.1.4. REMUNERAÇÃO	283	2.4.1. PODER LEGISLATIVO	339
2.1.5. TEMPO DE SERVIÇO	283	2.4.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO	346
2.1.6. VITALICIDADE.....	284	2.4.2. PODER EXECUTIVO	356
2.1.7. NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO)	284	2.4.3. PODER JUDICIÁRIO E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	361
3. PODERES ADMINISTRATIVOS	284	2.4.3.1. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	367
3.1. PODER DE POLÍCIA	284	2.4.3.2. SÚMULA VINCULANTE...	368
4. ATO ADMINISTRATIVO.....	284	3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	372
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO	284	4. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA: PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	383
6. BENS PÚBLICOS.....	284	+ DICAS	386
7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	284	1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	386
7.1. DESAPROPRIAÇÃO	284	1.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS	386
+ INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	285	1.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS. TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES: MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS, HABEAS DATA, AÇÃO POPULAR, MANDADO DE INJUNÇÃO E DIREITO DE PETIÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA...	387
+ STF.....	285	1.3. DIREITOS SOCIAIS.....	388
1. AGENTES PÚBLICOS	285	1.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	389
1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	285	1.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	390
1.2. CONCURSO PÚBLICO	286	2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	391
1.3. REGRAS REMUNERATÓRIAS	287	2.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA..	391
2. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	287	2.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	391
2.1. DESAPROPRIAÇÃO	287	2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	392
3. LICITAÇÕES.....	287		
4. PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA	287		
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	288		
5.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISPOSIÇÕES GERAIS)	288		
5.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISCIPLINAR).	288		
6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	288		
+ STJ	288		
1. AGENTES PÚBLICOS	288		
1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	288		
1.2. CONCURSO PÚBLICO	289		
2. BENS PÚBLICOS.....	289		
3. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	289		
4. PODERES ADMINISTRATIVOS	290		
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	290		
5.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISPOSIÇÕES GERAIS)	290		
6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	290		
7. SERVIÇOS PÚBLICOS	290		
7.1. CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	290		
8. OUTROS TEMAS.....	290		

2.4.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	394
2.4.1.	PODER LEGISLATIVO	394
2.4.1.1.	PROCESSO LEGISLATIVO	394
2.4.2.	PODER EXECUTIVO.....	396
2.4.3.	PODER JUDICIÁRIO E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	397
2.4.3.1.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	398
2.4.3.2.	SÚMULA VINCULANTE....	398
3.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	399
4.	DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA: PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	403
+	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	404
1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	404
2.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	404
3.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	405
4.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA E ORDEM SOCIAL	405
+	INFORMATIVOS APLICÁVEIS	405
+	STF.....	405
1.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	405
1.1.	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	405
1.2.	DOS DIREITOS SOCIAIS.....	405
1.3.	DA NACIONALIDADE.....	406
2.	DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	406
2.1.	DA UNIÃO.....	406
2.2.	DOS ESTADOS FEDERADOS.....	406
2.3.	DOS MUNICÍPIOS	407
3.	DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	407
3.1.	DO PODER LEGISLATIVO.....	407
3.1.1.	DO CONGRESSO NACIONAL.....	407
3.1.2.	DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA).....	407
3.2.	DO PODER EXECUTIVO.....	408
3.3.	DO PODER JUDICIÁRIO	409
3.3.1.	DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	409
3.3.2.	DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	409
3.4.	DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	410
3.4.1.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	410
3.4.2.	DA DEFENSORIA PÚBLICA	410
4.	DA ORDEM SOCIAL	411
4.1.	DA SEGURIDADE SOCIAL.....	411
4.2.	DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO.....	411
+	STJ	411
1.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	411
1.1.	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	411
2.	DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	412
2.1.	DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	412
2.1.1.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	412

DIREITO PENAL.....	413	
<i>Rogério Sanches Cunha</i>		
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	413	
+	QUESTÕES	415
1.	PRINCÍPIOS.....	415
2.	LEI PENAL.....	416
3.	LEI PENAL NO TEMPO	417
4.	LEI PENAL NO ESPAÇO.....	419
5.	CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	421
6.	TEORIA DO DELITO	421
7.	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	424
8.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	428
9.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	429
10.	CRIME IMPOSSÍVEL	429
11.	CULPA	431
12.	ERRO	432
13.	EXCLUSÃO DA ILICITUDE	437
14.	CULPABILIDADE	440
15.	EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.....	440
16.	CONCURSO DE PESSOAS.....	442
17.	PENAS RESTRITIVAS DE DIRETOS.....	446
18.	APLICAÇÃO DA PENA	447
19.	CONCURSO DE CRIMES.....	453
20.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	456
21.	AÇÃO PENAL.....	458
22.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	459
22.1.	PRESCRIÇÃO.....	461
23.	HOMICÍDIO	464
24.	INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO AO SUICÍDIO	465
25.	INFANTICÍDIO	467
26.	ABORTO.....	468
27.	ABANDONO DE INCAPAZ.....	469
28.	EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM NASCIDO	469
29.	CRIMES CONTRA A HONRA	470
30.	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	471
31.	SEQUESTRO	471
32.	FURTO.....	472
33.	ROUBO	474
34.	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	475
35.	ESTELIONATO	475
36.	ESTUPRO	476
37.	VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE.....	478
38.	ESTUPRO DE VULNERÁVEL	478
39.	DESABAMENTO OU DESMORONAMENTO.....	479
40.	INCITAÇÃO AO CRIME.....	479
41.	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.....	480
42.	FALSIDADE IDEOLÓGICA	481
43.	PECULATO.....	483
44.	INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	483
45.	EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO	484
46.	CONCUSSÃO.....	484
47.	CORRUPÇÃO PASSIVA.....	485
48.	PREVARICAÇÃO	485
49.	DESOBEDIÊNCIA	485
50.	DESCAMINHO	486
51.	DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA.....	487
52.	FAVORECIMENTO REAL	488

53. LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	488	14. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE	
53.1. LAVAGEM DE DINHEIRO.....	488	INTELLECTUAL.....	595
53.2. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO.....	489	15. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	595
53.3. CRIMES DE TRÂNSITO.....	490	16. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO.....	595
53.4. TORTURA.....	491	17. USO DE DOCUMENTO FALSO.....	595
53.5. JUIZADOS ESPECIAIS.....	492	18. FALSA IDENTIDADE.....	595
53.6. EXECUÇÃO PENAL.....	493	19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO	
53.7. LEI MARIA DA PENHA.....	497	PÚBLICA.....	595
53.8. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E		20. CONTRABANDO E DESCAMINHO.....	595
ECONÔMICA.....	498	21. FALSO TESTEMUNHO.....	596
53.9. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..	499	22. LEIS ESPECIAIS.....	596
53.10. LEI DE DROGAS.....	499	22.1. CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	596
✦ DICAS	501	22.1.1. STJ.....	596
1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	501	22.2. CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	596
2. FONTES DO DIREITO PENAL.....	502	22.2.1. STF.....	596
3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	502	22.2.2. STJ.....	596
4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL.....	503	22.3. EXECUÇÃO PENAL.....	596
5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	504	22.3.1. STF.....	596
6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	505	22.3.2. STJ.....	596
7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO AS		22.4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO	
PESSOAS.....	506	ADOLESCENTE ESTATUTO DA CRIANÇA E	
8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA,		DO ADOLESCENTE.....	597
CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO		22.4.1. STJ.....	597
APARENTE DE NORMAS.....	507	22.5. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	597
9. DO CRIME.....	507	22.5.1. STF.....	597
10. <i>ITER CRIMINIS</i>	515	22.6. LEI Nº 9.099/95.....	597
11. CONCURSO DE PESSOAS.....	518	22.6.1. STF.....	597
12. TEORIA GERAL DAS PENAS.....	519	22.6.2. STJ.....	597
13. AÇÃO PENAL.....	527	22.7. CRIMES DE TRÂNSITO.....	597
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	528	22.7.1. STF.....	597
15. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	532	22.7.2. STJ.....	597
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	541	22.8. ARMAS DE FOGO.....	597
17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO		22.8.1. STJ.....	597
TRABALHO.....	548	22.9. LEI MARIA DA PENHA.....	598
18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS...	549	22.9.1. STJ.....	598
19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	550	22.10. LEI DE DROGAS.....	598
20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL.....	553	22.10.1. STF.....	598
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	554	22.10.2. STJ.....	598
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	554	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	598
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	556	✦ STF	598
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	557	1. DAS PENAS.....	598
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO		2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA.....	598
PÚBLICA.....	560	3. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	599
26. LEIS ESPECIAIS.....	572	4. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	599
✦ SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL		5. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	599
FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE		6. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO	
JUSTIÇA	593	PÚBLICA.....	599
1. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	593	✦ LEIS PENAS ESPECIAIS	600
2. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS		1. ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI	
PESSOAS.....	593	10.826/03).....	600
3. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	593	2. LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI	
4. CONCURSO DE PESSOAS.....	593	9.296/96).....	600
5. APLICAÇÃO DA PENA.....	593	3. LEI DE LICITAÇÕES (LEI 8.666/93).....	601
6. PENA DE MULTA.....	594	4. LEI DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS (LEI	
7. AÇÃO PENAL.....	594	11.343/06).....	601
8. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	594	5. LEI DOS CRIMES CONTRA A ORDEM	
9. PRESCRIÇÃO.....	594	TRIBUTÁRIA/ECONÔMICA/CONSUMO (LEI	
10. FURTO.....	594	8.137/90).....	602
11. ROUBO.....	594	6. LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/06).....	602
12. EXTORSÃO.....	594	7. OUTRAS LEIS ESPARSAS.....	602
13. ESTELIONATO.....	594	✦ STJ	603
		1. DAS PENAS.....	603
		1.1. DAS ESPÉCIES DE PENA.....	603

1.1.1. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	603
1.2. DA APLICAÇÃO DA PENA	603
2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	604
3. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	604
4. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	604
5. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	604
6. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	605
7. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	605

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 607

Danilo da Cunha Sousa

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	607
+ QUESTÕES.....	609
1. DISPOSIÇÕES INICIAIS DO PROCESSO PENAL	609
2. DO INQUÉRITO POLICIAL	610
3. AÇÃO PENAL.....	615
4. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	620
5. COMPETÊNCIA.....	621
6. QUESTÕES INCIDENTAIS E MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	626
7. PROVA NO PROCESSO PENAL	630
8. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A PESSOA DO ACUSADO	635
9. PROCEDIMENTOS ORDINÁRIO E SUMÁRIO	640
10. PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	647
11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	652
12. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL (JECRIM)	655
13. NULIDADES NO PROCESSO PENAL.....	658
14. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	661
+ DICAS.....	673
1. PRINCÍPIOS GERAIS: APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS; SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL	673
2. INQUÉRITO POLICIAL	674
3. DA AÇÃO PENAL	675
A. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	676
B. AÇÃO PENAL PRIVADA	676
C. DISPOSIÇÕES COMUNS À REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO E À QUEIXA-CRIME.....	677
D. DENÚNCIA E QUEIXA-CRIME (PETIÇÃO INICIAL)	677
4. COMPETÊNCIA.....	677
5. DA PROVA: DO EXAME DE CORPO DE DELITO E DAS PERÍCIAS EM GERAL; DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO; DAS TESTEMUNHAS; DOS DOCUMENTOS; DA BUSCA E DA APREENSÃO	679
6. DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	680
7. DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	681
8. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	683
9. DA SENTENÇA.....	683
10. NULIDADES.....	684

11. DOS RECURSOS EM GERAL: DISPOSIÇÕES GERAIS; DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO; DA APELAÇÃO; DO HABEAS CORPUS E SEU PROCESSO	684
12. DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (LEI Nº 9.099/1995 E ALTERAÇÕES POSTERIORES E LEI Nº 10.259/2001 E ALTERAÇÕES POSTERIORES).....	687
+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	687
1. INQUÉRITO POLICIAL	687
2. AÇÃO PENAL.....	687
3. COMPETÊNCIA	687
4. PROVA NO PROCESSO PENAL	689
5. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A PESSOA DO ACUSADO	689
6. DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	689
7. DA SENTENÇA.....	689
8. PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	689
9. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	689
10. DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL (JECRIM)	690
11. NULIDADES NO PROCESSO PENAL.....	690
12. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	690
13. EXECUÇÃO CRIMINAL.....	691
+ INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	691
+ STF.....	691
1. DO PROCESSO EM GERAL	691
1.1. DO INQUÉRITO POLICIAL.....	691
1.2. DA AÇÃO PENAL.....	693
1.2.1. DA AÇÃO PENAL (DISPOSIÇÕES GERAIS).....	693
1.2.2. DA AÇÃO PENAL (DENÚNCIA)	693
1.3. DA COMPETÊNCIA.....	694
1.4. DA PROVA	694
1.4.1. DA PROVA (GERAL)	694
1.4.2. DA PROVA (ILICITUDE)	695
1.5. DOS SUJEITOS DO PROCESSO.....	695
1.5.1. DO JUIZ.....	695
1.6. DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	695
1.6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	695
1.6.2. DA PRISÃO DOMICILIAR	696
1.6.3. DA PRISÃO PREVENTIVA	696
1.7. DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....	696
1.7.1. DAS CITAÇÕES	696
1.7.2. DAS INTIMAÇÕES	696
2. DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE	696
2.1. DO PROCESSO COMUM	696
2.1.1. DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	696
3. DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL.....	696
3.1. DAS NULIDADES.....	696
3.2. DOS RECURSOS EM GERAL	697
3.2.1. DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	697
4. TEORIA E PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENALIS..	697
+ STJ.....	697
1. DO PROCESSO EM GERAL.....	697
1.1. DO INQUÉRITO POLICIAL.....	697
1.2. DA AÇÃO PENAL.....	698
1.2.1. DA AÇÃO PENAL (QUEIXA/ REPRESENTAÇÃO)	698

1.2.2.	DA AÇÃO PENAL (QUEIXA/ REPRESENTAÇÃO)	698	3.1.2.	DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS	732
1.3.	DA AÇÃO CIVIL	698	3.1.3.	DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS	732
1.4.	DA COMPETÊNCIA	698	3.1.4.	DA SOLIDARIEDADE	734
1.5.	DA PROVA	699	3.2.	DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	737
1.5.1.	DA PROVA (GERAL)	699	3.2.1.	DA CESSÃO DE CRÉDITO	737
1.5.2.	DA PROVA (ILICITUDE)	699	3.3.	DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	737
1.5.3.	DA PROVA (PERÍCIA)	699	3.3.1.	DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	737
1.5.4.	DA PROVA (TESTEMUNHAS)	699	3.3.2.	DA DAÇÃO EM PAGAMENTO	738
1.6.	DOS SUJEITOS DO PROCESSO	699	3.3.3.	DA MORA	740
1.7.	DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	699	3.3.4.	DA CLÁUSULA PENAL	741
1.7.1.	DA PRISÃO EM FLAGRANTE	699	3.3.5.	DAS ARRAS OU SINAL	743
1.7.2.	DA PRISÃO PREVENTIVA	699	4.	DOS CONTRATOS	744
1.8.	DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	700	4.1.	DOS CONTRATOS EM GERAL	744
1.8.1.	DAS CITAÇÕES	700	4.1.1.	DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	750
1.8.2.	DAS INTIMAÇÕES	700	4.1.2.	DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA	751
1.9.	DA SENTENÇA	700	4.1.3.	DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO	752
2.	DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE	700	4.1.3.1.	DA COMPRA E VENDA	752
2.1.	DO PROCESSO COMUM	700	4.1.3.2.	DO CONTRATO ESTIMATÓRIO	756
2.1.1.	DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI	700	4.1.3.3.	DA DOAÇÃO	756
3.	DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL	700	4.1.3.4.	DA LOCAÇÃO	758
3.1.	DAS NULIDADES	700	4.1.3.5.	DO COMODATO	760
3.2.	DOS RECURSOS EM GERAL	701	4.1.3.6.	DO MÚTUO	761
3.2.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	701	4.1.3.7.	DA EMPREITADA	761
3.2.2.	DA APELAÇÃO	701	4.1.3.8.	DO MANDATO	762
3.2.3.	DA REVISÃO	701	4.1.3.9.	DO SEGURO	763
			4.1.3.10.	DA FIANÇA	763
			4.1.4.	DOS ATOS UNILATERAIS	766
			4.1.4.1.	DA PROMESSA DE RECOMPENSA	766
			4.1.4.2.	DA GESTÃO DE NEGÓCIOS	767
			4.1.4.3.	DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	768
			5.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	768
			5.1.	OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR	768
			6.	DIREITO DAS COISAS	777
			6.1.	OBRIGAÇÕES <i>PROPTER REM</i>	777
			6.2.	DA POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO	778
			6.2.1.	COMPOSSE	778
			6.3.	DOS EFEITOS DA POSSE	779
			6.4.	MODOS DERIVADOS DE AQUISIÇÃO DA POSSE	780
			6.4.1.	CONSTITUTO POSSESSÓRIO	780
			6.5.	DA PROPRIEDADE	781
			6.5.1.	DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE ..	781
			6.5.1.1.	USUCAPIÃO FAMILIAR	781
			6.5.1.2.	ACESSÕES ARTIFICIAIS	782
			6.5.2.	DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA	783
			6.5.3.	DO CONDOMÍNIO GERAL	785
			6.5.3.1.	DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS	785
			6.5.3.2.	DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	786
			6.5.4.	DA SUPERFÍCIE	787
			6.5.5.	DA SERVIDÕES	788
			6.5.6.	DO USUFRUTO	789
			6.5.7.	DO PENHOR, DA HIPOTECA E DA ANTICRESE	789
			6.5.7.1.	DO PENHOR	789
			6.5.7.2.	HIPOTECA	790
			7.	DO DIREITO DE FAMÍLIA	792
			7.1.	DO CASAMENTO	792
			7.1.1.	DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO	792
1.2.2.	DA AÇÃO PENAL (QUEIXA/ REPRESENTAÇÃO)	698			
1.3.	DA AÇÃO CIVIL	698			
1.4.	DA COMPETÊNCIA	698			
1.5.	DA PROVA	699			
1.5.1.	DA PROVA (GERAL)	699			
1.5.2.	DA PROVA (ILICITUDE)	699			
1.5.3.	DA PROVA (PERÍCIA)	699			
1.5.4.	DA PROVA (TESTEMUNHAS)	699			
1.6.	DOS SUJEITOS DO PROCESSO	699			
1.7.	DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	699			
1.7.1.	DA PRISÃO EM FLAGRANTE	699			
1.7.2.	DA PRISÃO PREVENTIVA	699			
1.8.	DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	700			
1.8.1.	DAS CITAÇÕES	700			
1.8.2.	DAS INTIMAÇÕES	700			
1.9.	DA SENTENÇA	700			
2.	DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE	700			
2.1.	DO PROCESSO COMUM	700			
2.1.1.	DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI	700			
3.	DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL	700			
3.1.	DAS NULIDADES	700			
3.2.	DOS RECURSOS EM GERAL	701			
3.2.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	701			
3.2.2.	DA APELAÇÃO	701			
3.2.3.	DA REVISÃO	701			
DIREITO CIVIL		703			
Wellington Pereira e Henrique Fonseca Alves					
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES		703			
+ QUESTÕES		707			
1.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	707			
1.1.	VACATIO LEGIS	707			
2.	PARTE GERAL	708			
2.1.	DAS PESSOAS NATURAIS	708			
2.1.1.	DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE	708			
2.1.2.	DA EMANCIPAÇÃO	710			
2.1.3.	DA COMORIÊNCIA	712			
2.1.4.	DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	713			
2.1.5.	DA AUSÊNCIA	715			
2.2.	DAS PESSOAS JURÍDICAS	717			
2.2.1.	DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	717			
2.2.2.	DAS FUNDAÇÕES	718			
2.3.	DOS BENS	719			
2.4.	DOS FATOS JURÍDICOS	720			
2.5.	DO NEGÓCIO JURÍDICO	720			
2.5.1.	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO	720			
2.5.2.	DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	721			
2.5.3.	DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	726			
2.6.	DOS ATOS ILÍCITOS	727			
2.7.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	728			
2.8.	DA PROVA	730			
3.	DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	731			
3.1.	DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES	731			
3.1.1.	DA OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA	731			

7.1.2.	DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS	793	8.	DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	865
7.1.3.	DA INVALIDADE DO CASAMENTO...	794	8.1.	CASAMENTO	865
7.2.	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	794	8.2.	UNIÃO ESTÁVEL	866
7.2.1.	DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS	794	8.3.	DOS ALIMENTOS	867
7.2.2.	DO PODER FAMILIAR	796	9.	DIREITO DAS SUCESSÕES.....	867
7.3.	DO DIREITO PATRIMONIAL.....	797	9.1.	GENERALIDADES E CONCEITOS ELEMENTARES	867
7.3.1.	DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES.....	797	9.2.	SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	868
7.3.1.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	797	9.3.	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	868
7.3.1.2.	DO PACTO ANTENUPCIAL.....	798	+	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	869
7.3.1.3.	DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL....	799	1.	PARTE GERAL.....	869
7.3.1.4.	DO REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL	800	1.1.	CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	869
7.3.2.	DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES	801	1.2.	FRAUDE CONTRA CREDORES.....	869
7.4.	DOS ALIMENTOS	802	1.3.	PRESCRIÇÃO.....	869
7.5.	BEM DE FAMÍLIA	807	2.	CONTRATOS	869
7.6.	DA UNIÃO ESTÁVEL.....	808	2.1.	REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS.....	869
7.7.	DA TUTELA, DA CURATELA E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA	810	2.2.	COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA.....	869
8.	DO DIREITO DAS SUCESSÕES	811	2.3.	CONTRATO DE COMPRA E VENDA	870
8.1.	DA SUCESSÃO EM GERAL.....	811	2.4.	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	870
8.1.1.	DOS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.....	811	2.5.	CONTRATO DE MÚTUO.....	870
8.2.	SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	812	2.6.	CONTRATO DE SEGURO.....	870
8.2.1.	DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....	812	2.7.	CONTRATO DE FIANÇA	870
8.2.2.	DA ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	813	2.8.	CONSÓRCIO	870
8.2.3.	DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS	818	2.9.	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	870
8.3.	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	818	3.	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	870
9.	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COISA IMÓVEL ...	821	3.1.	DANO MORAL.....	870
+	DICAS	822	3.2.	CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO.....	870
1.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	822	3.3.	AÇÃO REGRESSIVA – CONTRATO DE SEGURO	871
2.	O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	824	3.4.	ACIDENTE DE TRÂNSITO	871
3.	PARTE GERAL.....	825	3.5.	CONTRATO DE TRANSPORTE	871
3.1.	DAS PESSOAS NATURAIS.....	825	3.6.	ESTABELECIMENTO BANCÁRIO.....	871
3.2.	DAS PESSOAS JURÍDICAS	830	3.7.	FURTO EM ESTACIONAMENTO.....	871
3.3.	DO DOMICÍLIO	833	3.8.	LEI DE IMPRENSA	871
3.4.	DOS BENS.....	834	3.9.	MORTE DE FILHO MENOR.....	871
3.4.1.	DO BEM DE FAMÍLIA.....	835	3.10.	COBRANÇA EXCESSIVA	871
3.5.	DO FATO JURÍDICO.....	835	4.	DIREITO DAS COISAS.....	872
3.6.	DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	836	4.1.	USUCAPIÃO.....	872
3.7.	TEORIA DAS INVALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO	839	4.2.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	872
3.8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	840	4.3.	DIREITOS DE VIZINHANÇA	872
3.9.	DA PROVA	842	4.4.	CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO	872
4.	DAS OBRIGAÇÕES	843	4.5.	SERVIDÃO.....	872
5.	DOS CONTRATOS.....	849	4.6.	HIPOTECA.....	872
5.1.	TEORIA GERAL.....	849	4.7.	ENFITEUSE	872
5.2.	CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	855	5.	DIREITO DE FAMÍLIA	872
6.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	857	5.1.	REGIME DE BENS NO CASAMENTO	872
7.	DIREITO DAS COISAS.....	859	5.2.	CONCUBINATO.....	872
7.1.	GENERALIDADES.....	859	5.3.	DESQUITE	872
7.2.	POSSE.....	860	5.4.	DIVÓRCIO	872
7.3.	DA PROPRIEDADE.....	861	5.5.	DO RECONHECIMENTO DE FILHOS – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	872
7.4.	DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA	863	5.6.	ALIMENTOS	873
7.5.	DO CONDOMÍNIO EM GERAL.....	863	5.7.	BEM DE FAMÍLIA.....	873
7.6.	DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO.....	864	5.8.	DA MEAÇÃO	873
7.7.	DAS SERVIDÕES.....	864	6.	DIREITO DAS SUCESSÕES.....	873
7.8.	DO USUFRUTO.....	864	6.1.	CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE.....	873
7.9.	DIREITO REAL DE HABITAÇÃO	864	7.	DIREITO AUTORAL.....	873
7.10.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA	864	+	INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	873
			+	STJ	873
			1.	DOS FATOS JURÍDICOS	873
			1.1.	DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	873
			1.1.1.	DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	873
			1.2.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	873
			2.	DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	874
			2.1.	DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	874
			2.2.	DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO	874

2.2.1.	DA COMPRA E VENDA	874	27. AÇÃO POPULAR	920
2.2.2.	DA DOAÇÃO	874	28. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	920
2.2.3.	DO SEGURO	874	29. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA.....	921
2.3.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	875	+ DICAS	923
2.3.1.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL (GERAL).....	875	1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI FEDERAL N. 13.105/2015 E ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÕES ESPECIAIS	923
2.3.2.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL (DANOS MORAIS).....	876	2. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL.....	923
3.	DO DIREITO DAS COISAS.....	876	2.1. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	923
3.1.	DA PROPRIEDADE.....	876	2.2. OS PRINCÍPIOS E A SUA FORÇA NORMATIVA	923
3.1.1.	DA PROPRIEDADE EM GERAL.....	876	2.3. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS MANTIDOS NO NOVO CPC E A INSERÇÃO DE NOVOS PRINCÍPIOS COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL	924
3.1.2.	DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE..	876	2.4. CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS: PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS.....	925
3.1.3.	DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA	876	2.5. PRINCÍPIOS EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	925
3.1.4.	DO CONDOMÍNIO GERAL	876	2.5.1. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	925
3.1.5.	DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	877	2.5.2. PRINCÍPIO DA ISONOMIA	925
4.	DO DIREITO DE FAMÍLIA	877	2.5.3. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	925
4.1.	DO DIREITO PESSOAL.....	877	2.5.4. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL	925
4.1.1.	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	877	2.5.5. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	926
4.2.	DO DIREITO PATRIMONIAL.....	877	2.5.6. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA.....	926
4.2.1.	DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES.....	877	2.5.7. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	926
4.2.2.	DOS ALIMENTOS.....	878	2.5.8. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	926
4.2.3.	DO BEM DE FAMÍLIA.....	878	2.5.9. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	926
4.3.	DA UNIÃO ESTÁVEL	878	2.6. NORMAS FUNDAMENTAIS CONTIDAS NO NOVO CPC.....	926
5.	DO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	878	3. FONTES	926
5.1.	DA SUCESSÃO EM GERAL	878	4. LEI PROCESSUAL CIVIL	927
5.2.	DA SUCESSÃO LEGÍTIMA	879	4.1. EFICÁCIA E APLICAÇÃO.....	927
5.3.	DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA	879	4.2. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL. CRITÉRIOS.....	927
DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 881			5. JURISDIÇÃO	928
Luciano Alves Rossato			5.1. CONCEITO	928
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....			5.2. CARACTERÍSTICAS.....	929
+ QUESTÕES			5.3. NATUREZA JURÍDICA.....	929
1. DA ARBITRAGEM			5.4. PRINCÍPIOS	929
2. DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....			5.5. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	929
3. DO LITISCONSÓRCIO			6. COMPETÊNCIA.....	930
4. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....			6.1. CRITÉRIOS DETERMINADORES.....	930
5. DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO ADVOGADO			6.1.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	930
6. DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS			6.1.2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR E DO TERRITÓRIO.....	930
7. GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....			6.1.3. COMPETÊNCIA FUNCIONAL	931
8. DA COMPETÊNCIA.....			6.1.4. COMPETÊNCIA TERRITORIAL	931
9. ATOS PROCESSUAIS.....			6.1.5. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	931
10. DO VALOR DA CAUSA			6.1.6. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	932
11. DA TUTELA PROVISÓRIA.....			6.2. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA.....	933
12. DO INDEFERIMENTO DA INICIAL.....			6.3. MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA	933
13. DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....			6.4. MEIOS DE DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	934
14. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO			6.5. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES.....	934
15. CONTESTAÇÃO			7. DIREITO DE AÇÃO.....	935
16. DA RECONVENÇÃO.....				
17. DA REVELIA				
18. DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....				
19. DA PROVAS.....				
20. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA				
21. DA REMESSA NECESSÁRIA				
22. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....				
23 DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA EXECUÇÃO				
24. DA AÇÃO RESCISÓRIA E DA RECLAMAÇÃO.....				
25. DOS RECURSOS				
26. MANDADO DE SEGURANÇA				

7.1.	O DIREITO DE AÇÃO OU DIREITO A JURISDIÇÃO.....	935	12.5.4.	CHAMAMENTO AO PROCESSO E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	948
7.2.	ELEMENTOS.....	935	12.6.	DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	948
7.3.	CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	935	12.6.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	948
7.4.	CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS IDENTIFICADORES.....	937	12.6.2.	A DESCONSIDERAÇÃO REQUERIDA NA PRÓPRIA INICIAL....	948
7.5.	CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES.....	937	12.6.3.	LEGITIMIDADE PARA REQUERER A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE.....	948
8.	PROCESSO.....	937	12.6.4.	ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE... ..	949
8.1.	NOÇÕES GERAIS.....	937	12.6.5.	PROCEDIMENTO.....	949
8.2.	RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	937	12.7.	INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE.....	949
8.3.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	937	12.7.1.	PREVISÃO LEGISLATIVA.....	949
8.4.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DE DESENVOLVIMENTO (OU DE VALIDADE).....	938	12.7.2.	QUEM É O AMICUS CURIAE?.....	950
8.5.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS NEGATIVOS... ..	938	12.7.3.	LIMITAÇÃO À LEGITIMAÇÃO RECURSAL DO AMICUS CURIAE.....	950
9.	PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	938	13.	ADVOGADO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOCACIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	951
9.1.	O PROCESSO SINCRÉTICO.....	938	13.1.	ADVOGADO.....	951
9.2.	DO PROCEDIMENTO.....	938	13.2.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	952
9.3.	DO PROCEDIMENTO COMUM.....	939	13.3.	ADVOCACIA PÚBLICA.....	952
9.4.	ESPÉCIES DE PROCESSOS E DE PROCEDIMENTOS.....	939	13.4.	PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	952
10.	SUJEITOS PROCESSUAIS.....	939	13.4.1.	O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA E O INTERESSE PÚBLICO.....	952
10.1.	OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	939	13.4.2.	A CITAÇÃO DO ESTADO PARA COMPOR A RELAÇÃO PROCESSUAL.....	952
10.2.	JUIZ.....	939	13.4.3.	PRAZOS DIFERENCIADOS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS.....	952
10.3.	MEDIADORES E CONCILIADORES.....	939	13.4.4.	DO NÃO ADIANTAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	953
10.4.	PRINCÍPIOS, PODERES, DEVERES, RESPONSABILIDADES DO JUIZ.....	940	13.4.5.	RESTRICÇÕES À CONCESSÃO DE MEDIDAS DE URGÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	955
10.5.	IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO.....	940	13.4.6.	O REGIME ESPECIAL DAS LIMINARES CONTRA O PODER PÚBLICO.....	956
10.6.	PARTES E PROCURADORES.....	940	13.4.7.	DA REMESSA NECESSÁRIA.....	958
10.7.	CAPACIDADE PROCESSUAL E LEGITIMAÇÃO.....	940	14.	FATOS E ATOS PROCESSUAIS.....	959
10.8.	REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO.....	941	14.1.	CONCEITO DE ATOS PROCESSUAIS.....	959
10.9.	CURATELA ESPECIAL.....	941	14.2.	FORMA.....	959
10.10.	REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS E DE ENTES DESPERSONALIZADOS.....	941	14.3.	DO TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	959
10.11.	REPRESENTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	942	14.4.	LUGAR.....	959
11.	LITISCONSÓRCIO.....	942	14.5.	DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	959
11.1.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	942	14.6.	DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	961
11.2.	LITISCONSÓRCIO EVENTUAL, ALTERNATIVO E SUCESSIVO.....	943	14.7.	DAS NULDADES.....	962
12.	DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	943	14.8.	NEGÓCIO PROCESSUAL TÍPICO E ATÍPICO.....	962
12.1.	NOÇÕES GERAIS.....	943	15.	PROCEDIMENTO COMUM.....	963
12.2.	CLASSIFICAÇÃO: INTERVENÇÃO VOLUNTÁRIA E PROVOCADA.....	944	15.1.	FASES.....	963
12.3.	DA ASSISTÊNCIA.....	944	15.2.	DA PETIÇÃO INICIAL.....	963
12.3.1.	APONTAMENTOS GERAIS.....	944	15.2.1.	INSTRUMENTO DA DEMANDA.....	963
12.3.2.	MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA.....	945	15.2.2.	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL	963
12.3.3.	PROCEDIMENTO DE INGRESSO DO ASSISTENTE.....	945	15.2.3.	DO PEDIDO.....	964
12.3.4.	REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.....	945	15.2.4.	ALTERAÇÃO DO PEDIDO OU DA CAUSA DE PEDIR.....	966
12.4.	DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	945	15.2.5.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	966
12.4.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	945	15.2.6.	DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....	967
12.4.2.	A PROVOCAÇÃO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	945	15.3.	RESPOSTA DO RÉU.....	967
12.4.3.	CABIMENTO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	946	15.3.1.	PRINCÍPIOS QUE REGEM A CONTESTAÇÃO.....	967
12.4.4.	CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR EXIGIDO DIRETAMENTE PELO AUTOR EM FACE DO DENUNCIADO.....	947	15.3.2.	DA FORMA E DO PRAZO DA CONTESTAÇÃO.....	968
12.4.5.	VEDAÇÃO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LIGADA À INDENIZAÇÃO POR FATO DO PRODUTO.....	947	15.3.3.	CONTEÚDO DA RESPOSTA.....	969
12.5.	DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	947			
12.5.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS E NATUREZA JURÍDICA.....	947			
12.5.2.	DA ADMISSIBILIDADE DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	948			
12.5.3.	DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA	948			

15.4.	DA RECONVENÇÃO	971	16.3.9.	DECISÃO QUE NÃO PODEM SER ESTABILIZADAS (FAMÍLIA, PARCIAIS ETC.)	983
15.4.1.	CONCEITO	971	16.4.	DA TUTELA CAUTELAR	983
15.4.2.	MOMENTO PARA O EXERCÍCIO	971	16.4.1.	MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS E ATÍPICAS	983
15.4.3.	PARTES NA RECONVENÇÃO	971	16.4.2.	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE...	984
15.4.4.	FORMAÇÃO DO CONTRADITÓRIO NA RECONVENÇÃO	972	16.5.	TUTELA DA EVIDÊNCIA	984
15.4.5.	A DECISÃO DA RECONVENÇÃO	972	16.5.1.	DIFERENCIAÇÃO PARA COM A TUTELA DE URGÊNCIA	984
15.4.6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RECONVENÇÃO	972	16.5.2.	HIPÓTESES LEGAIS DE TUTELA DA EVIDÊNCIA	985
15.4.7.	RECONVENÇÃO À RECONVENÇÃO	972	16.6.	PROTESTO, NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO. ARRESTO. SEQUESTRO. CAUÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. EXIBIÇÃO. JUSTIFICAÇÃO	985
15.5.	INÉRCIA PROCESSUAL: CONTUMÁCIA E REVELIA	972	17.	SENTENÇA	985
15.5.1.	CONTUMÁCIA	972	17.1.	CONCEITO	985
15.5.2.	DA REVELIA	972	17.2.	CLASSIFICAÇÕES	987
15.6.	DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO	973	17.3.	REQUISITOS	988
15.6.1.	DA FORMAÇÃO DO PROCESSO	973	17.4.	EFEITOS	988
15.6.2.	DA SUSPENSÃO DO PROCESSO	973	17.5.	PUBLICAÇÃO, INTIMAÇÃO, CORREÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA	989
15.6.3.	DA EXTINÇÃO DO PROCESSO	974	17.6.	MÉRITO. QUESTÃO PRINCIPAL, QUESTÕES PRELIMINARES E PREJUDICIAIS	989
15.7.	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	974	18.	COISA JULGADA	989
15.8.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	975	18.1.	CONCEITO E ESPÉCIES	989
15.9.	DAS PROVAS	976	18.2.	EFEITOS DA COISA JULGADA	990
15.9.1.	APONTAMENTOS GERAIS	976	19.	REMESSA NECESSÁRIA	991
15.9.2.	DEPOIMENTO PESSOAL	977	20.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	991
15.9.3.	CONFISSÃO	977	20.1.	GENERALIDADES, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES	991
15.9.4.	PROVA DOCUMENTAL	977	20.2.	DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	991
15.9.5.	EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS OU COISAS	977	20.2.1.	FINALIDADE DO PROCEDIMENTO...	991
15.9.6.	PROVA TESTEMUNHAL	978	20.2.2.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO	991
15.9.7.	PROVA PERICIAL	978	20.2.3.	CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL	991
15.9.8.	INSPEÇÃO JUDICIAL	978	20.2.4.	LEGITIMIDADE	992
15.9.9.	EXAME E VALORAÇÃO DA PROVA ...	978	20.2.5.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL	992
15.9.10.	PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	979	20.2.6.	EFEITOS DA CONSIGNAÇÃO	992
15.10.	AUDIÊNCIAS	979	20.2.7.	DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES SUCESSIVAS	992
15.10.1.	DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	979	20.2.8.	PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS INTRÍNSECOS	992
15.11.	DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	979	20.2.9.	CONSIGNAÇÃO DE COISA INDETERMINADA	992
16.	DA TUTELA PROVISÓRIA: TUTELAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA	980	20.2.10.	CONTESTAÇÃO	992
16.1.	FUNGIBILIDADE	980	20.2.11.	RECONVENÇÃO EM CONSIGNATÓRIA DE ALUGUERES ...	993
16.2.	PRINCÍPIOS GERAIS	980	20.2.12.	LITISCONSÓRCIO PASSIVO ALTERNATIVO	993
16.3.	DA TUTELA DE URGÊNCIA	981	20.2.13.	CONSIGNATÓRIA DE ALUGUEL E FÉRIAS FORENSES	994
16.3.1.	REQUISITOS COMUNS PARA A TUTELA DE URGÊNCIA	981	20.3.	AÇÃO MONITÓRIA	994
16.3.2.	PRÉVIA GARANTIA PARA A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE CARÁTER ANTECEDENTE	981	20.3.1.	FINALIDADE	994
16.3.3.	COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA	981	20.3.2.	PROVA ORAL DOCUMENTADA	994
16.3.4.	CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA	981	20.3.3.	POLO PASSIVO	994
16.3.5.	FUNDAMENTOS, REQUISITOS E CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA	982	20.3.4.	CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL	994
16.3.6.	A TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA DE FORMA ANTECEDENTE	982	20.3.5.	EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA ...	994
16.3.7.	DA ESTABILIZAÇÃO DA MEDIDA	982	20.4.	EMBARGOS DE TERCEIROS	994
16.3.8.	AÇÃO PARA REVER, REFORMAR OU INVALIDAR A TUTELA ANTECIPADA ESTABILIZADA	983	20.5.	DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	994
			20.5.1.	FIM DA AÇÃO DE PRESTAR CONTAS	994
			20.5.2.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	995
			20.5.3.	CONTAS DO INVENTARIANTE, TUTOR, CURADOR, DEPOSITÁRIO E DE QUALQUER OUTRO ADMINISTRADOR	995
			20.6.	DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	995

20.6.1.	A FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	995	22.7.	IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1002
20.6.2.	ESPÉCIES DE AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	995	23.	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1003
20.6.3.	AÇÕES POSSESSÓRIAS E INVASÕES COLETIVAS.....	996	23.1.	PRINCÍPIOS GERAIS E ESPÉCIES.....	1003
20.6.4.	PEDIDOS NA AÇÃO POSSESSÓRIA..	996	23.2.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REGIME DE PRECATÓRIOS. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.....	1004
20.6.5.	CONTESTAÇÃO.....	996	23.3.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	1004
20.6.6.	INVIABILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO PETITÓRIA DURANTE O CURSO DE AÇÃO POSSESSÓRIA.....	996	23.4.	MEIOS EXPROPRIATÓRIOS.....	1005
20.6.7.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO POSSESSÓRIA: POSSE NOVA.....	996	23.4.1.	ADJUDICAÇÃO.....	1005
20.6.8.	EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO.....	996	23.4.2.	DA ALIENAÇÃO DE BENS.....	1006
20.6.9.	POSSE COM FORÇA NOVA E OS REQUISITOS DA TUTELA POSSESSÓRIA.....	996	23.5.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1008
20.6.10.	CONTRADITÓRIO PRÉVIO E AS LIMINARES CONTRA AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.....	997	23.6.	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	1009
20.6.11.	CITAÇÃO DO REQUERIDO E PRAZO PARA RESPOSTA.....	997	23.6.1.	NATUREZA JURÍDICA.....	1009
20.6.12.	POSSE VELHA E LITÍGIO COLETIVO..	997	23.6.2.	REQUISITOS PARA A ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS.....	1009
20.6.13.	OCUPAÇÃO INDEVIDA DE BEM PÚBLICO.....	997	23.6.3.	ADMISSIBILIDADE OU NÃO DOS EMBARGOS.....	1009
20.6.14.	EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETENÇÃO.....	997	23.6.4.	EFEITO SUSPENSIVO.....	1009
20.7.	RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	997	23.6.5.	PRONUNCIAMENTO QUE DECIDE OS EMBARGOS.....	1010
21.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – ESPÉCIES E PROCEDIMENTO.....	997	24.	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA.....	1010
21.1.	OS PRONUNCIAMENTOS ILÍQUIDOS QUE RECONHECEM A EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO.....	997	24.1.	CONCEITO DE AÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	1010
21.2.	LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....	998	24.2.	CONCEITO DE EXECUÇÃO FISCAL.....	1010
21.3.	CONCOMITANTES LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM RELAÇÃO AO MESMO TÍTULO.....	998	24.3.	FUNDAMENTO.....	1010
21.4.	APURAÇÃO DO VALOR DEPENDENTE DE CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	998	24.4.	CANCELAMENTO X SUBSTITUIÇÃO DA CDA..	1010
21.5.	FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA LIQUIDAÇÃO PROPOSTA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	999	24.5.	COMPETÊNCIA.....	1010
21.6.	LIQUIDAÇÃO INCIDENTAL E AUTÔNOMA.....	999	24.6.	LEGITIMIDADE ATIVA.....	1011
21.7.	INICIATIVA DA LIQUIDAÇÃO.....	999	24.7.	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	1011
21.8.	PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DO VALOR.....	999	24.8.	PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	1011
21.8.1.	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO...	999	24.9.	ADJUDICAÇÃO.....	1012
21.8.2.	LIQUIDAÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM.....	1000	24.10.	DA DEFESA INCIDENTAL DO EXECUTADO.....	1012
21.9.	NATUREZA DO PRONUNCIAMENTO QUE JULGA DA LIQUIDAÇÃO.....	1000	24.11.	A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	1013
21.10.	CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NA LIQUIDAÇÃO.....	1000	24.12.	RECURSOS.....	1013
21.11.	INVIABILIDADE DAS SENTENÇAS ILÍQUIDAS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS.....	1000	25.	DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	1013
21.12.	LIQUIDAÇÃO IMPRÓPRIA.....	1000	25.1.	LOCALIZAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	1013
22.	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	1000	25.2.	CONCEITOS IMPORTANTES: A JURISPRUDÊNCIA, O EXEMPLO, A SÚMULA E O PRECEDENTE.....	1013
22.1.	TÍTULOS EXECUTIVOS.....	1000	25.2.1.	JURISPRUDÊNCIA.....	1013
22.2.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ENQUANTO FASE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1001	25.2.2.	EXEMPLO/DECISÃO.....	1013
22.3.	COMPETÊNCIA.....	1001	25.2.3.	SÚMULA.....	1014
22.4.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE O DEVER DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	1001	25.3.	PRECEDENTE.....	1014
22.5.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO.....	1002	25.4.	DEVER DE ESTABILIDADE, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA PELOS TRIBUNAIS.....	1016
22.6.	PROCEDIMENTO DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA:.....	1002	25.5.	OS PRECEDENTES NO CPC DE 2015.....	1016
			25.5.1.	DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1016
			25.5.2.	SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SÚMULAS DO STF EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DO STJ EM MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.....	1017
			25.5.3.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1017
			25.5.4.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO REPETITIVO.....	1017
			25.5.5.	RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....	1017
			25.5.6.	PRECEDENTES ORIUNDOS DO PLENÁRIO OU DO ÓRGÃO ESPECIAL.....	1017

25.6.	RECLAMAÇÃO	1018	26.3.6.	O DIREITO LÍQUIDO E CERTO COMO REQUISITO ESPECÍFICO DE ADMISSIBILIDADE	1040
25.7.	AÇÃO RESCISÓRIA	1018	26.3.7.	VEDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA	1041
25.7.1.	CONCEITO	1018	26.3.8.	VEDAÇÃO DA CONCESSÃO DE LIMINAR	1041
25.7.2.	OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA	1018	26.3.9.	COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA	1041
25.7.3.	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO	1019	26.3.10.	SENTENÇA PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA	1042
25.7.4.	AJUIZAMENTO DA AÇÃO PERANTE TRIBUNAL INCOMPETENTE	1020	26.3.11.	COISA JULGADA E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1042
25.7.5.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA	1020	26.3.12.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1042
25.7.6.	HIPÓTESES INDICADAS NO ART. 966 CPC	1022	26.4.	MANDADO DE INJUNÇÃO	1043
25.7.7.	LEGITIMIDADE PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA	1022	26.4.1.	OBSERVAÇÕES PRÉVIAS	1043
25.7.8.	POLO PASSIVO	1022	26.4.2.	LEGITIMIDADE	1043
25.7.9.	NÃO IMPEDIMENTO À EXECUÇÃO ..	1023	26.4.3.	RECONHECIMENTO DA MORA LEGISLATIVA	1043
25.7.10.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	1023	26.4.4.	EFEITOS DA DECISÃO	1043
25.7.11.	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	1023	26.4.5.	MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO	1043
25.7.12.	RESPOSTA DO RÉU	1023	26.4.6.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA	1043
25.7.13.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	1023	26.5.	HABEAS DATA	1043
25.8.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	1023	26.5.1.	PREVISÃO CONSTITUCIONAL E REGULAMENTAÇÃO PROCEDIMENTAL	1043
25.9.	RECURSOS	1023	26.5.2.	LEGITIMIDADE	1044
25.9.1.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	1023	26.5.3.	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA A AÇÃO	1044
25.9.2.	EFEITOS DOS RECURSOS	1032	26.5.4.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	1044
25.9.3.	APELAÇÃO	1033	26.5.5.	COMPETÊNCIA	1044
25.9.4.	AGRAVOS (AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO)	1033	26.6.	AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..	1044
25.9.5.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1034	26.6.1.	ASPECTOS DE DIREITO MATERIAL ..	1044
25.9.6.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1034	26.6.2.	LEGITIMIDADE	1046
25.9.7.	RECURSO ORDINÁRIO	1034	26.6.3.	PROCEDIMENTO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1046
25.9.8.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	1035	26.6.4.	A POSSIBILIDADE DE CELEBRAR TRANSAÇÃO EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1046
25.10.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1036	26.6.5.	SEQUESTRO E ARRESTO DE BENS ..	1046
26.	AÇÕES CONSTITUCIONAIS	1036	26.6.6.	AFASTAMENTO PROVISÓRIO	1047
26.1.	AÇÃO POPULAR	1036	26.6.7.	INDISPONIBILIDADE DE BENS	1047
26.1.1.	DEFINIÇÃO	1036	26.6.8.	PREVENÇÃO DO JUÍZO	1047
26.1.2.	ESPÉCIE DO GÊNERO AÇÕES COLETIVAS	1036	26.6.9.	DA SENTENÇA	1048
26.1.3.	LEGITIMAÇÃO ATIVA COLETIVA	1037	26.6.10.	DA PRESCRIÇÃO	1048
26.1.4.	LEGITIMAÇÃO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO POPULAR	1037	27.	DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	1048
26.1.5.	POLO PASSIVO	1037	27.1.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	1048
26.1.6.	DO PROCEDIMENTO DA AÇÃO POPULAR	1037	27.1.1.	COMPETÊNCIA	1048
26.1.7.	DA SENTENÇA NA AÇÃO POPULAR	1038	27.1.2.	COMPETÊNCIA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	1048
26.1.8.	DA COISA JULGADA	1038	27.1.3.	DAS CAUSAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS	1049
26.1.9.	REMESSA NECESSÁRIA	1038	27.1.4.	DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL	1049
26.2.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1038	27.1.5.	PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO	1050
26.2.1.	DENOMINAÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E INTERESSES TUTELADOS PELA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1038	27.1.6.	DA VEDAÇÃO DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1050
26.2.2.	DOS ENTES LEGITIMADOS	1039	27.1.7.	DOS CONCILIADORES E DOS JUIZES LEIGOS	1050
26.2.3.	COISA JULGADA	1039	27.1.8.	DA EQUIDADE	1050
26.3.	MANDADO DE SEGURANÇA	1039	27.1.9.	DA CONCILIAÇÃO E DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1050
26.3.1.	INTRODUÇÃO	1039	27.1.10.	DO RECURSO INOMINADO	1051
26.3.2.	PRAZO PARA O AJUIZAMENTO	1039	27.1.11.	IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	1051
26.3.3.	LEGITIMIDADE ATIVA	1040			
26.3.4.	O POLO PASSIVO NO MANDADO DE SEGURANÇA	1040			
26.3.5.	A AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA	1040			

27.1.12.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	1051	1.2.1.	DA COMPETÊNCIA.....	1062
27.1.13.	RECLAMAÇÃO.....	1051	1.3.	DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	1062
27.1.14.	DO NÃO CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1051	1.4.	DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	1062
27.2.	DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	1052	1.4.3.	DA RECLAMAÇÃO.....	1062
27.2.1.	COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS.....	1052	1.5.	DOS RECURSOS.....	1062
27.2.2.	CAUSAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DOS JEF.....	1052	1.5.1.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1062
27.2.3.	DAS PARTES NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	1052	1.5.2.	DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1062
27.2.4.	DO DEVER INFORMAÇÃO.....	1053	1.5.3.	DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ.....	1062
27.2.5.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	1053	2.	DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1063
27.2.6.	DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1054	3.	OUTROS TEMAS.....	1063
27.3.	JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	1055	+	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1063
27.3.1.	CRIAÇÃO.....	1055	1.	DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	1063
27.3.2.	COMPETÊNCIA.....	1055	1.1.	DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	1063
27.3.3.	PARTES.....	1055	1.1.1.	DA CAPACIDADE PROCESSUAL.....	1063
27.3.4.	INEXISTÊNCIA DE PRAZOS DIFERENCIADOS.....	1055	1.1.2.	DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES (HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS).....	1063
27.3.5.	RECURSOS.....	1055	1.2.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1064
27.3.6.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1056	1.3.	DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1064
+	SÚMULAS.....	1056	1.3.1.	DA COMPETÊNCIA.....	1064
	NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	1056	1.3.2.	DO JUIZ, DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1064
	COMPETÊNCIA INTERNA.....	1056	1.4.	DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	1064
	CAPACIDADE PROCESSUAL.....	1057	1.4.1.	DA REVELIA.....	1064
	GRATUIDADE DA JUSTIÇA.....	1057	1.4.2.	DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (OUTROS TEMAS).....	1064
	ATOS PROCESSUAIS – FORMA, TEMPO, LUGAR E COMUNICAÇÃO.....	1057	1.4.3.	DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1064
	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	1057	1.4.4.	DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	1064
	RESPOSTA DO RÉU.....	1057	1.4.5.	DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1065
	PROVAS.....	1057	1.5.	DOS RECURSOS.....	1065
	SENTENÇA E COISA JULGADA.....	1058	1.5.1.	DA APELAÇÃO.....	1065
	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1058	1.5.2.	DO AGRAVO.....	1065
	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	1058	1.5.3.	DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1065
	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1058	1.5.4.	DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ (RECURSO ESPECIAL).....	1066
	INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1058	2.	DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1066
	EMBARGOS DE TERCEIROS.....	1058	2.1.	DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	1066
	AÇÃO MONITÓRIA.....	1058	2.1.1.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1066
	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	1058	2.2.	DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	1066
	MANDADO DE SEGURANÇA.....	1058	2.2.1.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1066
	AÇÕES COLETIVAS.....	1059	2.2.2.	DA PENHORA, DA AVALIAÇÃO E DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS.....	1067
	AÇÃO POPULAR.....	1059	2.2.3.	DA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....	1067
	AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	1059	2.3.	DOS EMBARGOS DO DEVEDOR.....	1068
	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1059	3.	DO PROCESSO CAUTELAR.....	1068
	PARTES.....	1059	3.1.	DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS.....	1068
	TÍTULO EXECUTIVO.....	1059	4.	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	1068
	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1060	4.1.	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	1068
	PENHORA.....	1060	4.1.1.	DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	1068
	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	1060	4.1.2.	DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1068
	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1060	4.1.3.	DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	1069
	EXECUÇÃO FISCAL.....	1060	4.1.4.	DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.....	1069
	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1061	4.1.5.	DA AÇÃO MONITÓRIA.....	1069
+	INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	1061			
+	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1061			
1.	DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	1061			
1.1.	DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	1061			
1.2.	DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1062			

DIREITO DO TRABALHO 1071**Henrique Correia**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES 1071

✦ QUESTÕES 1073

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	1073
1.1. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1073
2. SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO.....	1074
2.1. EMPREGADO.....	1074
2.2. CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1074
2.3. EMPREGADO RURAL.....	1075
2.4. EMPREGADO DOMÉSTICO.....	1075
2.5. EMPREGADO PÚBLICO.....	1079
2.6. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	1080
2.7. APRENDIZ.....	1081
2.8. EMPREGADOR.....	1082
3. RELAÇÕES DE TRABALHO QUE NÃO CONFIGURAM VÍNCULO EMPREGATÍCIO.....	1084
3.1. ESTÁGIO.....	1085
3.2. COOPERADO.....	1086
3.3. REPRESENTANTE COMERCIAL.....	1086
4. EMPREGADOR – PODERES DO EMPREGADOR.....	1087
4.1. PODER DE ORGANIZAÇÃO E PODER REGULAMENTAR.....	1087
4.2. PODER DISCIPLINAR.....	1088
5. TERCEIRIZAÇÃO.....	1089
5.1. TRABALHO TEMPORÁRIO.....	1091
6. CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO.....	1092
6.1. EXPERIÊNCIA PRÉVIA.....	1093
6.2. NULIDADES DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1093
6.3. CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.....	1097
6.4. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO ...	1099
6.5. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1104
7. DURAÇÃO DO TRABALHO.....	1108
7.1. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	1110
7.2. REGIME POR TEMPO PARCIAL.....	1111
7.3. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO (PRORROGAÇÃO DE JORNADA).....	1111
8. INTERVALOS.....	1113
9. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FÉRIAS.....	1117
9.1. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO.....	1117
9.2. FÉRIAS.....	1119
10. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	1121
10.1. PARCELAS SALARIAIS.....	1126
10.2. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	1127
10.3. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	1132
10.4. ADICIONAL NOTURNO.....	1133
10.5. SALÁRIO <i>IN NATURA</i>	1134
10.6. DESCONTOS NO SALÁRIO.....	1136
10.7. EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	1137
11. ESTABILIDADE.....	1139
11.1. ESTABILIDADE DO DIRIGENTE SINDICAL.....	1142
11.2. ESTABILIDADE DA GESTANTE.....	1143
11.3. EMPREGADO ACIDENTADO.....	1144
12. FGTS.....	1145
13. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	1149
13.1. ACIDENTE DO TRABALHO.....	1149
14. AVISO-PRÉVIO.....	1151
15. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1155
15.1. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO – RESILIÇÃO.....	1156
15.2. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO – DEMISSÃO.....	1156

15.3. PLANO DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PIDV).....	1157
15.4. DISPENSA OU DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA.....	1158
15.5. DISPENSA POR JUSTA CAUSA.....	1159
15.6. RESCISÃO INDIRETA.....	1160
15.7. CULPA RECÍPROCA.....	1160
15.8. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	1161
16. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1163
17. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1163
17.1. NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	1164
17.2. GREVE.....	1166
✦ DICAS..... 1168	
1. DOS PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO.....	1168
1.1. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO.....	1168
1.2. FONTES.....	1169
1.3. INTEGRAÇÃO.....	1170
1.4. FLEXIBILIZAÇÃO.....	1171
2. DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES.....	1172
3. SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1175
3.1. EMPREGADO.....	1175
3.2. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1176
3.3. EMPREGADO RURAL (LEI Nº 5.889/73).....	1177
3.3.1. PECULIARIDADES DOS EMPREGADOS RURAIS.....	1177
3.3.2. CONTRATO TEMPORÁRIO RURAL (ART. 14-A DA LEI Nº 5.889/73).....	1178
3.4. TRABALHO DOMÉSTICO.....	1179
3.5. CONTRATOS DE TRABALHO ESPECIAIS.....	1184
3.5.1. BANCÁRIO.....	1184
3.5.2. BOMBEIRO CIVIL.....	1184
3.5.3. MOTORISTA PROFISSIONAL.....	1185
3.5.4. ATLETA PROFISSIONAL.....	1186
3.5.5. ARTISTA.....	1187
3.5.6. JORNALISTA.....	1187
3.5.7. PROFESSOR.....	1187
3.5.8. AERONAUTA.....	1188
3.5.9. AEROVIÁRIO.....	1189
3.5.10. SERVIÇOS EM FRIGORÍFICOS.....	1189
3.5.11. TRABALHO EM MINAS DE SUBSOLO.....	1189
3.5.12. ÁRBITROS.....	1189
3.5.13. TRABALHO AQUAVIÁRIO.....	1189
4. EMPREGADOR.....	1189
4.1. GRUPO ECONÔMICO.....	1190
4.1.1. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA.....	1191
4.2. SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....	1191
4.3. PODERES DO EMPREGADOR.....	1192
5. RELAÇÕES DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	1193
6. PROTEÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE.....	1194
6.1. SALÁRIO DO ADOLESCENTE.....	1195
6.2. DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ADOLESCENTE.....	1195
6.3. APRENDIZ.....	1196
6.4. DOS DIREITOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO DO TRABALHO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90 E ALTERAÇÕES).....	1198
7. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	1198
7.1. LICENÇA-MATERNIDADE.....	1199
7.2. ESTABILIDADE DA GESTANTE.....	1200
7.3. MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.....	1201
7.4. LEI Nº 9.029/1995.....	1202
8. TERCEIRIZAÇÃO.....	1203

8.1.	DONO DA OBRA	1208	13. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE	
8.2.	TRABALHO TEMPORÁRIO	1208	SERVIÇO – FGTS.....	1248
9.	CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE		13.1.	HIPÓTESES DE SAQUE DOS DEPÓSITOS.....
TRABALHO.....	1210	14.	ESTABILIDADE.....	1250
9.1.	RELAÇÃO DE TRABALHO X RELAÇÃO DE		14.1.	DIRIGENTE SINDICAL.....
EMPREGO:.....	1210	14.2.	EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA	1250
9.2.	CONTRATO DE TRABALHO	1211	14.3.	EMPREGADO ACIDENTADO.....
9.3.	CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE		14.4.	EMPREGADO PÚBLICO
TRABALHO	1211	14.5.	ESTABILIDADE GESTANTE E ADOTANTE	
9.4.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE		(LEI Nº 13.509/2017).....	1251
TRABALHO	1211	14.6.	ESTABILIDADE DO REPRESENTANTE DOS	
9.5.	CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE		EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA)	1251
TRABALHO INTERMITENTE	1212	14.7.	ESTABILIDADE DOS MEMBROS DA	
9.6.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL		COMISSÃO DE GORJETAS.....	1251
DE TRABALHO	1213	14.8.	DESPEDIDA E REINTEGRAÇÃO DO	
9.7.	TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE TRABALHO....	1216	EMPREGADO ESTÁVEL	1251
9.8.	SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO		15.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO DE TRABALHO	1216	15.1.	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA OU	
9.9.	EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	1217	ARBITRÁRIA.....	1253
9.9.1.	DANO MATERIAL E MORAL	1218	15.2.	MOTIVAÇÃO DA DISPENSA E CONVENÇÃO
10.	DURAÇÃO DO TRABALHO E JORNADA DE		Nº 158 DA OIT.....	1253
TRABALHO.....	1219	15.3.	PEDIDO DE DEMISSÃO	1253
10.1.	HORAS IN ITINERE.....	1223	15.4.	DISTRATO (REFORMA TRABALHISTA)
10.2.	TRABALHO NOTURNO	1223	15.5.	JUSTA CAUSA: DISPENSA POR JUSTA
10.3.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	1223	CAUSA, RESCISÃO INDIRETA E CULPA	
10.4.	COMPENSAÇÃO.....	1224	RECÍPROCA.....	1254
10.5.	PERÍODOS DE DESCANSO	1225	15.6.	DEMAIS HIPÓTESES DE TÉRMINO DO
10.5.1.	INTERVALOS.....	1225	CONTRATO DE TRABALHO	1256
10.6.	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR)..	1228	15.6.1.	TÉRMINO DO CONTRATO POR
10.7.	FÉRIAS.....	1228	PRAZO DETERMINADO	1256
10.7.1.	DIREITOS ÀS FÉRIAS E SUA		15.6.2.	FORÇA MAIOR.....
DURAÇÃO	1228	15.6.3.	MORTE DO EMPREGADOR.....	1257
10.7.2.	CONCESSÃO E ÉPOCA DAS FÉRIAS.	1229	15.6.4.	MORTE DO EMPREGADOR
10.7.3.	REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	1229	PESSOA FÍSICA (EXTINÇÃO DO	
10.7.4.	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	1229	ESTABELECIMENTO)	1257
10.7.5.	TÉRMINO DO CONTRATO DE		15.6.5.	MORTE DO EMPRESÁRIO
TRABALHO E PAGAMENTO DAS		15.6.6.	INDIVIDUAL.....	1257
FÉRIAS PROPORCIONAIS.....	1230	15.6.6.	APOSENTADORIA	1257
10.7.6.	FÉRIAS COLETIVAS	1230	15.6.7.	FATO DO PRÍNCIPIO OU FACTUM
11.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	1230	PRINCÍPIIS (PARALISAÇÃO	
11.1.	SALÁRIO MÍNIMO.....	1232	TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA DO	
11.2.	MODALIDADES DE SALÁRIO	1232	TRABALHO).....	1257
11.3.	PARCELAS SALARIAIS (COMPOSIÇÃO DO		15.7.	DISPENSA COLETIVA.....
SALÁRIO).....	1233	15.8.	HOMOLOGAÇÃO DAS VERBAS	
11.4.	GRATIFICAÇÕES	1234	TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES	
11.5.	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	1235	DECORRENTES DA EXTINÇÃO DO	
11.6.	ADICIONAIS SALARIAIS	1235	CONTRATO DE TRABALHO.....	1258
11.6.1.	ADICIONAL DE HORA		16.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....
EXTRAORDINÁRIO.....	1236	17.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	
11.6.2.	ADICIONAL NOTURNO	1236	(MEIO AMBIENTE DE TRABALHO)	1262
11.6.3.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	1236	17.1.	DEVERES DO EMPREGADOR.....
11.6.4.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE....	1236	17.2.	DEVERES DO EMPREGADO
11.6.5.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	1239	17.3.	MINISTÉRIO DO TRABALHO E NORMAS
11.7.	PARCELAS SEM NATUREZA SALARIAL		REGULAMENTADORAS SOBRE	
(INDENIZATÓRIAS).....	1240	17.4.	SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	1263
11.7.1.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E		17.4.	INTERDIÇÃO OU EMBARGO E INSPEÇÃO
RESULTADOS – PLR.....	1240	PRÉVIA	1263	
11.7.2.	AJUDA DE CUSTO.....	1241	17.5.	ACIDENTE DE TRABALHO
11.7.3.	DIÁRIAS PARA VIAGEM.....	1241	17.6.	CIPA – COMISSÃO INTERNA DE
11.7.4.	VALE-TRANSPORTE.....	1241	PREVENÇÃO DE ACIDENTES.....	1265
11.7.5.	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.....	1241	17.7.	DA COMPETÊNCIA PARA APRECIAR
11.7.6.	PRÊMIOS.....	1241	E JULGAR QUESTÕES LIGADAS AO	
11.7.7.	ABONOS	1241	AMBIENTE DE TRABALHO:.....	1266
11.7.8.	SALÁRIO-FAMÍLIA:.....	1242	18.	DIREITO COLETIVO
11.7.9.	SALÁRIO-EDUCAÇÃO:	1242	18.1.	LIBERDADE SINDICAL (CONVENÇÃO Nº 87
11.8.	SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO IN		DA OIT).....	1267
NATURA.....	1242	18.2.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA.....	1267
11.9.	FORMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DO		18.3.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ACORDOS E
SALÁRIO.....	1243	CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO).....	1269	
12.	AVISO-PRÉVIO	1246	18.4.	GREVE
				1272

18.4.1. GREVE EM SERVIÇOS ESSENCIAIS.....	1272	9.9. ADICIONAIS.....	1304
18.4.2. GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO.....	1273	9.9.1. ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS	1304
19. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1273	9.9.1.1. CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS.....	1305
20. DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA).....	1274	9.9.2. ADICIONAL NOTURNO.....	1305
21. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO.....	1276	9.9.3. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	1306
22. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	1277	9.10. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	1306
✦ SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1287	9.10.1. INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	1306
1. REGULAMENTO DE EMPRESA (NORMA REGULAMENTAR).....	1287	9.10.2. CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PERIGOSAS	1306
1.1. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	1287	9.10.2.1. ELETRICITÁRIOS	1306
2. PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI	1288	9.10.2.2. PORTUÁRIOS.....	1306
3. PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....	1288	9.10.2.3. BOMBA DE GASOLINA ...	1307
4. EMPREGADO	1289	9.10.2.4. PERMANÊNCIA A BORDO DE AERONAVES..	1307
4.1. DIRETOR ELEITO	1289	9.10.2.5. SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA.....	1307
4.2. EMPREGADO BANCÁRIO	1289	9.10.2.6. RADIAÇÃO IONIZANTE OU SUBSTÂNCIA RADIOATIVA	1307
4.3. EMPREGADO RURAL	1291	9.10.2.7. ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDO INFLAMÁVEL NO PRÉDIO. CONSTRUÇÃO VERTICAL	1307
4.3.1. ENQUADRAMENTO COMO TRABALHADOR RURAL.....	1291	9.10.3. PERÍCIA.....	1307
4.3.2. PRESCRIÇÃO DO TRABALHADOR RURAL	1291	9.11. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	1307
4.3.3. SALÁRIO-FAMÍLIA RURÍCOLA	1291	9.11.1. INTEGRAÇÃO.....	1307
4.4. EMPREGADO DOMÉSTICO	1291	9.11.2. BASE DE CÁLCULO	1308
5. EMPREGADOR.....	1291	9.11.3. PERÍCIA	1308
6. TERCEIRIZAÇÃO	1292	9.11.4. CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE INSALUBRE. RELAÇÃO OFICIAL ELABORADA PELO MTE.....	1308
7. CONTRATO DE TRABALHO	1293	9.11.4.1. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	1308
7.1. IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS	1293	9.11.4.2. RAIOS SOLARES.....	1308
7.2. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	1293	9.11.4.3. ÓLEOS MINERAIS	1308
7.3. DA NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1293	9.11.4.4. DIREITO ADQUIRIDO	1308
7.4. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO ...	1294	9.11.5. FORNECIMENTO DE APARELHO DE PROTEÇÃO.....	1309
7.5. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1295	9.11.6. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	1309
8. DURAÇÃO DO TRABALHO	1295	9.11.7. CAUSA DE PEDIR	1309
8.1. DURAÇÃO DO TRABALHO.....	1295	9.12. PARCELAS INDENIZATÓRIAS	1309
8.2. SOBREAVISO.....	1295	9.12.1. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	1309
8.3. FISCALIZAÇÃO DA JORNADA	1295	9.12.2. DIÁRIAS	1309
8.4. HORAS IN ITINERE.....	1296	9.12.3. VALE-TRANSPORTE.....	1309
8.5. MOTORISTA, GERENTE E FERROVIÁRIO SUBMETIDOS AO ART. 62 DA CLT	1296	9.12.4. SALÁRIO-FAMÍLIA.....	1309
8.6. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	1296	9.12.5. SEGURO-DESEMPREGO	1309
8.7. TRABALHO NOTURNO	1297	9.12.6. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1310
8.8. COMPENSAÇÃO DE JORNADA	1298	9.13. EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	1310
8.9. JORNADA DO TELEFONISTA, JORNALISTA E ADVOGADO	1298	9.14. DESCONTOS SALARIAIS	1311
8.10. INTERVALOS	1298	9.14.1. MULTA PREVISTA NOS ARTIGOS 467 E 477	1311
8.11. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS (LEI Nº 605/1949).....	1299	9.14.2. RESCISÃO DO CONTRATO. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS	1311
8.12. FÉRIAS.....	1300	9.14.3. INADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. FRUTOS. POSSE DE MÁ-FÉ.....	1312
9. REMUNERAÇÃO.....	1301	9.15. REAJUSTES SALARIAIS E PLANOS ECONÔMICOS.....	1312
9.1. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	1301	9.16. EFEITOS FINANCEIROS DA ANISTIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26/1985	1313
9.2. AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO PELA EMPRESA E SALÁRIO UTILIDADE.....	1301	10. ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	1313
9.3. COMISSÕES	1302	10.1. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.....	1313
9.4. GRATIFICAÇÕES	1302	10.2. ESTABILIDADE PREVISTA NA CTL (DECENAL)	1313
9.5. ADICIONAL DE RISCO DO PORTUÁRIO	1303	10.3. DIRIGENTE SINDICAL.....	1313
9.6. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E ADICIONAL REGIONAL	1303		
9.7. ABONO PREVISTO EM NORMA COLETIVA.....	1303		
9.8. GRATIFICAÇÃO NATALINA OU DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	1303		

10.3.1.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO CONSELHEIRO FISCAL	1313	14.5.	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL	1323
10.3.2.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DELEGADO SINDICAL	1314	14.6.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL	1323
10.4.	GESTANTE	1314	14.7.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	1324
10.5.	ESTABILIDADE DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO	1314	15.8.	GREVE	1324
10.6.	CIPA	1314	+ SÚMULAS E OJS DO TST QUE SERÃO IMPACTADAS PELA REFORMA TRABALHISTA EM DIREITO DO TRABALHO 1325		
10.7.	DIRETORES DE COOPERATIVAS	1315	+ INFORMATIVOS DO TST		
10.8.	SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA, EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	1315	1.	REGULAMENTO INTERNO	1325
10.8.1.	SERVIDOR PÚBLICO DE FUNDAÇÃO REGIDO PELA CLT.....	1315	1.1.	REQUISITOS PARA DISPENSA PREVISTO EM REGULAMENTO INTERNO.....	1326
10.9.	ESTABILIDADE PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO	1315	1.2.	DESCUMPRIMENTO DE NORMA INTERNA.....	1326
11.	FGTS	1315	1.3.	REGULAMENTO INTERNO – PROGRESSÃO HORIZONTAL POR MÉRITO.....	1326
11.1.	INCIDÊNCIA DO FGTS.....	1315	1.4.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	1327
11.1.1.	NÃO INCIDÊNCIA DO FGTS	1315	2.	BANCÁRIO	1327
11.1.2.	ÍNDICE DE CORREÇÃO	1315	2.1.	PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS	1329
11.2.	MULTA DE 40% DO FGTS.....	1316	2.2.	GERENTE E GERENTE-GERAL DA AGÊNCIA	1329
11.3.	CONTRATO NULO	1316	2.2.1.	CONTROLE DE HORÁRIO	1329
11.4.	PRESCRIÇÃO	1316	2.2.2.	TEMPO DESPENDIDO NA REALIZAÇÃO DE CURSOS PELA INTERNET E À DISTÂNCIA.....	1330
11.5.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS	1316	2.2.3.	AUTORIZAÇÃO PARA SE AUSENTAR DA AGÊNCIA.....	1330
12.	AVISO PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	1316	2.2.4.	GERENTE QUE POSSUI RESTRIÇÕES A DETERMINADAS ATIVIDADES.....	1330
12.1.	AVISO-PRÉVIO	1316	2.2.5.	QUEBRA DE CAIXA.....	1330
12.2.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	1318	2.2.6.	ADVOGADO.....	1331
12.2.1.	FÉRIAS PROPORCIONAIS.....	1318	3.	EMPREGADOR.....	1331
12.2.2.	DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	1318	3.1.	GRUPO ECONÔMICO	1331
12.2.3.	FALTA GRAVE	1318	3.2.	PODER DE FISCALIZAÇÃO OU CONTROLE	1332
12.2.3.1.	CULPA RECÍPROCA	1318	3.3.	INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	1333
12.2.4.	APOSENTADORIA ESPONTÂNEA, EXTINÇÃO DO CONTRATO	1318	3.4.	RESPONSABILIDADE E DANO MORAL.....	1333
12.2.5.	DESPEDIDA IMOTIVADA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1318	3.5.	SUCESSÃO TRABALHISTA	1336
12.2.6.	READMISSÃO	1318	4.	TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA	1336
12.2.7.	MULTA PREVISTA NO ART. 477 DA CLT.....	1318	4.1.	REQUISITOS DA TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA.....	1337
12.2.8.	TÉRMINO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS, PAGAMENTO DO SALÁRIO	1319	4.2.	DONO DA OBRA – RESPONSABILIDADE.....	1338
12.2.9.	CONTRATO NULO	1319	4.3.	TRABALHO TEMPORÁRIO	1339
12.2.10.	QUITAÇÃO E COMPENSAÇÃO	1319	5.	REVERSÃO.....	1339
13.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1319	6.	SUSPENSÃO DO CONTRATO	1340
13.1.	PRESCRIÇÃO.....	1319	6.1.	DEPÓSITO DO FGTS	1340
13.1.1.	PRESCRIÇÃO TOTAL	1320	7.	JORNADA DE TRABALHO	1340
13.1.2.	PRESCRIÇÃO PARCIAL	1320	7.1.	HORA IN ITINERE	1341
13.1.3.	AÇÃO RESCISÓRIA, PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL	1321	7.2.	SOBREAVISO	1341
13.1.4.	SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1321	7.3.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	1342
13.1.5.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO	1321	7.4.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO.....	1343
13.1.6.	RURÍCOLA	1321	7.4.1.	PAGAMENTO EM VALOR FIXO MENSAL.....	1343
13.1.7.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	1321	8.	PERÍODOS DE DESCANSO	1343
13.1.8.	FGTS.....	1321	8.1.	INTERVALO INTRAJORNADA.....	1343
13.1.9.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS	1321	8.2.	FERIADOS – TRABALHO NO COMÉRCIO EM GERAL.....	1344
13.1.10.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO	1322	8.3.	FÉRIAS.....	1345
13.1.11.	MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO.....	1322	9.	REMUNERAÇÃO.....	1345
13.1.12.	COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO E AUXÍLIO FUNERAL	1322	9.1.	SALÁRIO COMPLESSIVO.....	1346
13.1.13.	MINISTÉRIO PÚBLICO	1322	9.2.	PISO SALARIAL.....	1347
13.2.	DECADÊNCIA	1322	10.	ADICIONAIS SALARIAIS.....	1347
14.	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1322	10.1.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA.....	1347
14.1.	PODER NORMATIVO DO TST	1322	10.2.	ADICIONAL NOTURNO – JORNADA MISTA	1348
14.2.	VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO E DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, ULTRATIVIDADE	1322	10.3.	ADICIONAL DE HORAS EXTRAS	1348
14.3.	CATEGORIA DIFERENCIADA	1322	10.4.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	1349
14.4.	MULTA PREVISTA EM INSTRUMENTO NORMATIVO.....	1323	10.5.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – MOTORISTA	1351
			10.6.	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.....	1352
			10.7.	QUEBRA DE CAIXA.....	1352
			10.8.	VALE-TRANSPORTE	1352

10.9. DESVIO DE FUNÇÃO	1352	6. AUDIÊNCIA	1393
10.9.1 ACÚMULO DE FUNÇÃO	1353	6.1. ACORDO JUDICIAL	1396
10.10. CARGO DE CONFIANÇA	1353	7. RESPOSTA DO RÉU	1399
10.11. EQUIPARAÇÃO SALARIAL	1354	7.1. RECONVENÇÃO.....	1399
11. ESTABILIDADE.....	1354	8. PROVAS.....	1401
11.1. ESTABILIDADE PREVISTA EM NORMA COLETIVA.....	1356	8.1. ÔNUS DA PROVA.....	1401
11.2. EMPREGADA DOMÉSTICA.....	1356	8.2. MEIOS DE PROVA	1404
12. FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO	1357	9. COISA JULGADA.....	1407
13. DEPÓSITO DO FGTS.....	1357	10. TUTELA ANTECIPADA.....	1408
14. DISPENSA POR JUSTA CAUSA.....	1358	11. RITO SUMARÍSSIMO E RITO SUMÁRIO	1408
14.1. ATO DE IMPROBIDADE.....	1358	11.1. RITO SUMARÍSSIMO	1408
14.2. RESCISÃO INDIRETA.....	1359	11.2. RITO SUMÁRIO.....	1411
14.2.1. DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO (ART. 483, CLT)	1359	12. RECURSOS	1412
14.2.2. DISPENSA EM MASSA.....	1359	12.1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	1412
15. PRESCRIÇÃO	1360	12.2. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	1418
15.1. PRESCRIÇÃO PARCIAL.....	1360	13. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1421
16. PRESCRIÇÃO TOTAL	1362	14. EXECUÇÃO TRABALHISTA	1422
17. PRESCRIÇÃO APLICADA AO EMPREGADO RURAL.....	1363	15. DISSÍDIO COLETIVO.....	1427
18. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	1363	16. AÇÃO RESCISÓRIA.....	1430
19. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO....	1364	17. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1431
20. SINDICATO.....	1364	18. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1432
20.1. SINDICATO REPRESENTANTE DE MOTORISTAS.....	1365	19. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	1433
20.2. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1365	20. AÇÃO MONITÓRIA.....	1434
21. GREVE.....	1366	21. MULTA ADMINISTRATIVA.....	1434
21.1. EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO DA GREVE POR ASSEMBLEIA.....	1366	✦ DICAS	1436
21.2. COMUNICAÇÃO APENAS DO “ESTADO DE GREVE”.....	1366	1. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO ..	1436
21.3. DISPENSA COLETIVA. EXIGÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO COM SINDICATO PROFISSIONAL	1367	2. COMPETÊNCIA.....	1436
21.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – ILEGITIMIDADE ATIVA	1367	3. PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	1438
22. NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1367	3.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1438
23. TÉRMINO DO CONTRATO	1371	3.2. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA	1439
23.1. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA	1373	4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	1439
24. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO / CATEGORIA	1373	5. ATOS PROCESSUAIS.....	1439
25. TRABALHADOR AVULSO	1374	6. NULIDADES PROCESSUAIS.....	1441
26. CONCURSO PÚBLICO	1375	7. PETIÇÃO INICIAL	1442
27. ATESTADO MÉDICO – CID	1376	7.1. DESISTÊNCIA DA RECLAMAÇÃO.....	1442
28. DISSÍDIO COLETIVO	1377	8. TUTELA PROVISÓRIA.....	1442
29. EMPREGADO COM DEFICIÊNCIA.....	1377	9. AUDIÊNCIAS.....	1442
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1379	10. RESPOSTAS DO RÉU.....	1443
Élisson Miessa		11. PROVAS.....	1443
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1379	12. SENTENÇA	1444
✦ QUESTÕES	1381	13. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	1444
1. COMPETÊNCIA.....	1381	14. RECURSOS	1445
1.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	1381	14.1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	1445
1.2. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	1383	14.2. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	1446
1.3. CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1384	14.2.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1446
2. PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	1384	14.2.2. RECURSO ORDINÁRIO	1446
3. ATOS PROCESSUAIS.....	1387	14.2.3. AGRAVO DE PETIÇÃO	1447
3.1. PRAZOS PROCESSUAIS	1387	14.2.4. AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	1447
3.2. DESPESAS PROCESSUAIS.....	1388	14.2.5. RECURSO DE REVISTA.....	1447
4. NULIDADE.....	1391	14.2.5.1. RECURSO DE REVISTA REPETITIVO.....	1448
5. PETIÇÃO INICIAL	1392	14.2.6. RECURSO DE EMBARGOS PARA A SDI (EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA)	1449
5.1. RECLAMAÇÃO VERBAL – ARQUIVAMENTO....	1392	14.2.7. RECURSO ADESIVO.....	1449
		15. FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1449
		16. EXECUÇÃO TRABALHISTA	1449
		16.1. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	1451
		16.2. EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1451
		17. AÇÃO RESCISÓRIA.....	1451
		18. MANDADO DE SEGURANÇA	1451
		19. DISSÍDIO COLETIVO	1452

19.1. AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	1453	12.2.3.2. RECURSO DE REVISTA DE ACÓRDÃO REGIONAL QUE JULGA AÇÃO RESCISÓRIA OU MANDADO DE SEGURANÇA.....	1471
20. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	1453	12.2.3.3. CABIMENTO.....	1471
+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1455	12.2.3.4. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL	1471
1. PRINCÍPIOS.....	1455	12.2.3.5. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSIÇÃO DE LEI FEDERAL OU AFRONTA DIRETA E LITERAL À CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1472
2. COMPETÊNCIA.....	1455	12.2.3.6. RECURSO DE REVISTA NO RITO SUMARÍSSIMO ..	1472
2.1. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. ORGANIZAÇÃO OU ORGANISMO INTERNACIONAL	1455	12.2.4. RECURSO DE EMBARGOS À SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TST.....	1473
2.2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	1455	12.2.4.1. CABIMENTO.....	1473
2.3. COMPETÊNCIA FUNCIONAL	1457	12.2.4.2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL	1473
2.4. COMPETÊNCIA TERRITORIAL-FUNCIONAL (ACP).....	1457	12.2.4.3. EMBARGOS PARA A SDI NO RITO SUMARÍSSIMO.....	1473
2.5. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1457	12.2.4.4. EMBARGOS PARA A SDI NA FASE EXECUTIVA	1474
3. AÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	1457	12.2.5. AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	1474
3.1. LEGITIMIDADE.....	1457	12.2.6. AGRAVO DE PETIÇÃO.....	1474
3.2. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO	1457	12.2.7. AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL..	1474
3.3. INTERESSE DE AGIR	1458	12.2.8. RECURSO ADESIVO.....	1475
4. PROCESSO	1458	13. EXECUÇÃO TRABALHISTA	1475
4.1. <i>JUS POSTULANDI</i>	1458	13.1. JUROS.....	1475
4.2. REPRESENTAÇÃO	1458	13.2. CORREÇÃO MONETÁRIA	1476
4.3. ADVOGADO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1459	13.3. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA.....	1476
4.4. HONORÁRIOS PERICIAIS	1460	13.4. PENHORA.....	1478
4.5. JUSTIÇA GRATUITA.....	1460	13.5. DEPOSITÁRIO.....	1478
4.6. LITISCONSÓRCIO.....	1460	13.6. EMBARGOS DE TERCEIROS	1478
4.7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1461	13.7. EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	1479
5. ATOS PROCESSUAIS	1461	14. AÇÃO RESCISÓRIA.....	1479
5.1. NOTIFICAÇÃO.....	1461	14.1. COMPETÊNCIA	1479
5.2. PRAZOS PROCESSUAIS.....	1461	14.2. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E LITISCONSÓRCIO	1479
6. PETIÇÃO INICIAL	1462	14.3. DECADÊNCIA.....	1480
6.1. INDEFERIMENTO LIMINAR	1462	14.4. PRESSUPOSTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1480
6.2. ALÇADA.....	1462	14.4.1. TRÂNSITO EM JULGADO.....	1480
7. TUTELA ANTECIPADA.....	1462	14.4.2. DECISÃO DE MÉRITO.....	1481
8. AUDIÊNCIA	1463	14.5. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA O AJUIZAMENTO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. IRREGULARIDADE VERIFICADA NA FASE RECURSAL	1482
8.1. AUSÊNCIA DO RECLAMANTE.....	1463	14.6. PETIÇÃO INICIAL	1482
8.2. REVELIA.....	1463	14.7. HIPÓTESES DE CABIMENTO	1482
8.3. PREPOSTO.....	1463	14.7.1. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA.....	1482
9. RESPOSTA DO RÉU	1463	14.7.2. DOLO OU COLUSÃO	1482
9.1. COMPENSAÇÃO.....	1463	14.7.3. COISA JULGADA.....	1483
9.2. REVELIA.....	1463	14.7.4. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSIÇÃO DE LEI	1483
10. PROVAS.....	1463	14.7.4.1. ALCANCE DA REGRA.....	1483
10.1. ÔNUS DA PROVA.....	1463	14.7.4.2. DECISÃO DE MÉRITO ALICERÇADA EM DUPLO FUNDAMENTO ...	1484
10.2. PROVA DOCUMENTAL.....	1464	14.7.4.3. REEXAME DE FATOS E PROVA.....	1484
10.3. PROVA TESTEMUNHAL	1464	14.7.4.4. PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO	1484
10.4. CONFISSÃO.....	1464		
10.5. PROVA PERICIAL	1464		
11. SENTENÇA	1464		
12. RECURSOS	1465		
12.1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	1465		
12.1.1. PRINCÍPIOS RECURSAIS	1465		
12.1.2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	1465		
12.1.3. PRESSUPOSTOS RECURSAIS	1466		
12.1.3.1. LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA RECORRER.....	1466		
12.1.3.2. TEMPESTIVIDADE.....	1466		
12.1.3.3. REPRESENTAÇÃO	1466		
12.1.3.4. DEPÓSITO RECURSAL.....	1468		
12.1.3.5. DEPÓSITO DE MULTAS IMPOSTAS PELO JUÍZO... ..	1468		
12.1.4. DOCUMENTOS.....	1469		
12.1.5. EFEITOS DOS RECURSOS	1469		
12.1.6. REEXAME NECESSÁRIO	1469		
12.2. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	1469		
12.2.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1469		
12.2.2. RECURSO ORDINÁRIO	1470		
12.2.3. RECURSO DE REVISTA.....	1470		
12.2.3.1. PREQUESTIONAMENTO..	1470		

14.7.4.5. MATÉRIA CONTROVERTIDA NOS TRIBUNAIS.....	1484	3.3. LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA (LEI 12.016/09).....	1500
14.7.5. DOCUMENTO NOVO	1485	3.4. LEI DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (LEI 9.494/97)	1501
14.7.6. AÇÃO RESCISÓRIA PARA INVALIDAR TRANSAÇÃO.....	1485	DIREITO TRIBUTÁRIO	1503
14.7.7. AÇÃO RESCISÓRIA PARA INVALIDAR CONFISSÃO (ANTIGO ART. 485, VIII, DO CPC/73)	1485	<i>Alexandre Assef Müller</i>	
14.7.8. AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM ERRO DE FATO.....	1485	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1503
14.8. RESPOSTAS DO RÉU.....	1485	✦ QUESTÕES	1505
14.9. RECURSOS.....	1486	1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	1505
14.10. AÇÃO CAUTELAR PARA SUSPENDER EXECUÇÃO DA DECISÃO RESCINDENDA	1486	2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	1509
15. MANDADO DE SEGURANÇA	1486	3. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	1513
15.1. VALOR DA CAUSA E PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA.....	1486	4. ESPÉCIES DE TRIBUTOS	1517
15.2. CABIMENTO.....	1486	4.1. IMPOSTOS.....	1517
15.3. CONTAGEM DO PRAZO PARA IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	1488	4.2. TAXAS.....	1526
15.4. RECURSOS.....	1488	4.3. CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1528
16. DISSÍDIO COLETIVO E AÇÃO DE CUMPRIMENTO	1489	4.4. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	1529
16.1. DISSÍDIO COLETIVO.....	1489	4.5. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1530
16.2. AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	1490	5. DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	1530
17. HABEAS CORPUS	1491	6. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1531
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS DO TST	1491	7. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA....	1536
1. DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CLT, ARTS. 643 A 735).....	1491	8. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1539
1.1. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO... ..	1491	9. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	1542
2. DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO (CLT, ARTS. 763 A 910).....	1493	10. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES.....	1547
2.1. DO PROCESSO EM GERAL (CLT, ARTS. 770 A 836).....	1493	11. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	1548
2.1.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1493	12. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1550
2.1.2. DOS CONFLITOS DE JURISDIÇÃO (ARTS. 803 A 812).....	1493	13. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1553
2.1.3. OUTROS TEMAS.....	1494	14. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1557
2.1.4. DAS AUDIÊNCIAS (ARTS. 813 A 817).....	1494	15. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO	1562
2.1.5. DAS PROVAS (ARTS. 818 A 830).....	1494	16. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	1564
2.1.6. DOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (CLT, ARTS. 837 A 855).....	1494	17. ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1569
2.1.7. COISA JULGADA.....	1495	✦ DICAS	1572
2.2. DOS RECURSOS (CLT, ARTS. 893 A 902).....	1495	1. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO.....	1572
2.2.1. DO RECURSO ORDINÁRIO (CLT, ART. 895).....	1495	2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	1572
2.2.2. DO RECURSO DE REVISTA (CLT, ARTS. 896 A 896-C).....	1495	3. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR.....	1573
2.2.3. DISPOSIÇÕES GERAIS (CLT, ARTS. 898 A 902).....	1495	3.1. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	1573
2.3. DA EXECUÇÃO (CLT, ARTS. 876 A 892).....	1495	3.2. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.....	1574
2.3.1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 876 A 879)....	1495	4. ESPÉCIES DE TRIBUTOS	1576
2.3.2. DO MANDADO E DA PENHORA (ARTS. 880 A 883).....	1496	4.1. IMPOSTOS.....	1576
2.3.3. DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO E DA SUA IMPUGNAÇÃO (ART. 884) ...	1497	4.2. TAXAS.....	1577
2.3.4. DO JULGAMENTO E DOS TRÂMITES FINAIS DA EXECUÇÃO (ARTS. 885 A 889-A).....	1497	4.3. CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1578
2.3.5. PRECATÓRIOS E RPV (CF, ART. 100) .	1498	4.4. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	1578
2.4. DOS DISSÍDIOS COLETIVOS (CLT, ARTS. 856 A 875).....	1498	4.5. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	1578
3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1499	5. DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	1579
3.1. AÇÃO RESCISÓRIA.....	1499	6. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1579
3.2. LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI 7.347/85)	1500	7. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA....	1580
		8. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1580
		9. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	1581
		10. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES.....	1582
		11. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	1582
		12. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1582
		13. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1583
		14. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1583
		15. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO	1584
		16. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	1584
		17. ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1585

7. SOCIEDADE SIMPLES	1662	5.3. TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE.....	1672
8. SOCIEDADE LIMITADA.....	1662	5.3.1. CHEQUE.....	1672
8.1. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS.....	1663	5.3.2. CÉDULA DE CRÉDITO.....	1672
8.2. ADMINISTRAÇÃO.....	1663	5.3.3. DUPLICATA.....	1672
8.3. DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS	1663	5.3.4. NOTA PROMISSÓRIA	1673
9. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	1663	DIREITO INTERNACIONAL	1675
9.1. ASPECTOS GERAIS.....	1663	<i>Paulo Henrique Gonçalves Portela</i>	
9.2. ADMINISTRAÇÃO.....	1664	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1675
9.3. PROTEÇÃO AO ACIONISTA MINORITÁRIO	1664	+ QUESTÕES	1677
9.4. DIREITOS DOS ACIONISTAS	1665	1. ARBITRAGEM	1677
10. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	1665	2. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO	1677
11. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS	1665	2.1. DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E EXTRADIÇÃO.....	1677
12. ALÉNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	1666	2.2. REFÚGIO	1678
12.1. APLICABILIDADE DA LEI.....	1666	3. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	1678
12.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1666	4. DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL	1679
12.3. FALÊNCIA.....	1667	5. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO – COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	1680
12.3.1. SENTENÇA DE FALÊNCIA.....	1667	6. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO.....	1683
12.3.2. PAGAMENTO DOS CREDORES.....	1667	6.1. CONTRATOS INTERNACIONAIS	1683
12.3.3. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO.....	1667	6.2. FAMÍLIA.....	1686
12.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1667	6.3. SUCESSÕES.....	1688
13. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1668	6.4. ELEMENTOS DE CONEXÃO.....	1691
14. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1668	7. DIREITO DO MAR.....	1692
+ SÚMULAS APLICÁVEIS	1668	8. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	1692
+ SÚMULAS STF	1668	9. INTEGRAÇÃO REGIONAL. MERCOSUL.....	1694
1. EXIBIÇÃO DE LIVROS	1668	10. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO.....	1696
2. FALÊNCIA E CONCORDATA	1668	11. NACIONALIDADE.....	1696
3. RESPONSABILIDADE NO TRANSPORTE MERCANTIL	1668	12. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	1699
4. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1668	13. SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS	1700
+ SÚMULAS STJ:.....	1668	14. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS.....	1700
1. DIREITO FALIMENTAR.....	1668	15. TRATADOS	1702
1.1. DIREITO PROCESSUAL.....	1668	+ DICAS	1704
1.2. FALÊNCIA.....	1669	1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	1704
1.3. RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO.....	1669	1.1. NOÇÕES GERAIS	1704
2. MARCA COMERCIAL	1669	1.2. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. TRATADOS.....	1704
3. TÍTULOS DE CRÉDITO	1669	1.3. SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. ESTADOS	1706
3.1. CHEQUE.....	1669	1.4. ÓRGÃOS DO ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	1706
3.2. CRÉDITO RURAL.....	1669	1.5. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	1707
3.3. MÚTUO.....	1669	1.6. NACIONALIDADE.....	1708
3.4. NOTA PROMISSÓRIA.....	1669	1.7. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO.....	1709
3.5. PROTESTO	1669	1.8. DIREITO DO MAR.....	1710
4. TRANSPORTE COMERCIAL	1669	1.9. INTEGRAÇÃO REGIONAL. MERCOSUL.....	1710
+ INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	1669	1.10. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS	1712
+ STJ	1669	2. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	1712
1. DA SOCIEDADE.....	1669	2.1. NOÇÕES GERAIS	1712
1.1. DA SOCIEDADE PERSONIFICADA.....	1669	2.2. OBJETOS E ELEMENTOS DE CONEXÃO.....	1712
1.1.1. DA SOCIEDADE SIMPLES.....	1669	2.3. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	1713
1.1.2. DA SOCIEDADE LIMITADA	1670	2.4. ARBITRAGEM.....	1714
2. CONTRATOS MERCANTIS	1670	2.5. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. CARTAS ROGATÓRIAS E HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	1714
2.1. ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	1670	+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1715
2.2. CONTRATOS BANCÁRIOS.....	1670	1. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO – EXPULSÃO	1715
2.3. FACTORING.....	1670	2. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO – EXTRADIÇÃO	1716
2.4. OUTROS CONTRATOS MERCANTIS.....	1670	3. PRISÃO CIVIL.....	1716
3. LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (LEI 9.279/96).....	1670	+ INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	1716
4. LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA (LEI 11.101/05)...	1671		
4.1. FALÊNCIA.....	1671		
4.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1671		
5. TÍTULOS DE CRÉDITOS	1672		
5.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1672		
5.2. PROTESTO	1672		

+	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1716
1.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	1716
2.	CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO NO BRASIL	1716
2.1.	EXTRADIÇÃO.....	1716
3.	CRIMES CONTRA A HUMANIDADE.....	1722
4.	NACIONALIDADE.....	1723
5.	TRATADOS	1724
+	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1724
1.	COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	1724
2.	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL – HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	1726
3.	NACIONALIDADE.....	1726
DIREITOS HUMANOS		1727
<i>Paulo Henrique Gonçalves Portela</i>		
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....		1727
+	QUESTÕES	1729
1.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – HISTÓRICO E NOÇÕES GERAIS...	1729
1.1.	HISTÓRICO.....	1729
1.2.	PRINCÍPIOS.....	1730
1.3.	UNIVERSALISMO E RELATIVISMO CULTURAL.....	1730
2.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – SISTEMA GLOBAL	1731
2.1.	DESAPARECIMENTO FORÇADO.....	1731
2.2.	ESCRAVIDÃO.....	1732
2.3.	GENOCÍDIO.....	1732
2.4.	ÍNDIOS.....	1733
2.5.	MIGRANTES.....	1734
2.6.	MONITORAMENTO E APLICAÇÃO.....	1735
2.7.	MULHER.....	1735
2.8.	PENA DE MORTE.....	1737
2.9.	SISTEMA GLOBAL – TEMAS GERAIS.....	1738
2.10.	TORTURA	1741
2.11.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	1742
3.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – SISTEMA INTERAMERICANO.....	1743
3.1.	COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	1743
3.2.	CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	1750
3.3.	DESAPARECIMENTOS FORÇADOS	1756
3.4.	PACTO DE SÃO JOSÉ (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS).....	1757
3.5.	PENA DE MORTE.....	1759
4.	DIREITOS HUMANOS – GERAL	1760
4.1.	HISTÓRICO.....	1760
5.	DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1761
5.1.	HISTÓRICO	1761
5.2.	INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA.....	1762
5.3.	NORMAS PROTETORAS DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1765
5.4.	QUILOMBOLAS.....	1765
5.5.	TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	1766
6.	DIREITOS HUMANOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	1767
6.1.	ADOÇÃO.....	1767
6.2.	COMISSÃO DA VERDADE.....	1768

6.3.	CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	1768
6.4.	CRIANÇA.....	1769
6.5.	DIVERSIDADE SEXUAL	1770
6.6.	IDOSO.....	1771
6.7.	INDÍGENAS.....	1772
6.8.	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1772
6.9.	PRESOS.....	1774
6.10.	REFUGIADOS.....	1775
6.11.	TORTURA.....	1775

+ **DICAS (RESUMO)** **1777**

1.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – HISTÓRICO E NOÇÕES GERAIS...	1777
2.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – SISTEMA GLOBAL	1779
3.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – SISTEMA INTERAMERICANO.....	1784
4.	DIREITOS HUMANOS – GERAL	1785
5.	DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1786
6.	DIREITOS HUMANOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	1787

+ **SÚMULAS APLICÁVEIS.....** **1788**

1.	PRISÃO CIVIL.....	1788
----	-------------------	------

+ **INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....** **1788**

1.	STF	1788
1.1.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1788
1.2.	ENTES PÚBLICOS E ACESSIBILIDADE.....	1789
1.3.	MULHERES	1789
1.4.	PRESOS – DIREITOS.....	1790
2.	STJ.....	1791
2.1.	REFÚGIO	1791
2.2.	TORTURA.....	1791

DIREITO AMBIENTAL..... **1793**

Romeu Thomé

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1793
---------------------------------------	------

+ **QUESTÕES** **1795**

1.	O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL	1795
2.	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1801
3.	CÓDIGO FLORESTAL E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.....	1809
4.	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC	1813
5.	TUTELA PENAL E ADMINISTRATIVA DO MEIO AMBIENTE (LEI DE CRIMES AMBIENTAIS).....	1818
6.	LEI DE POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.....	1821
7.	LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS	1822
8.	LEI DE AGROTÓXICOS	1822
9.	LEI DE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	1823
10.	POLÍTICA URBANA E ESTATUTO DA CIDADE...	1823

+ **DICAS (RESUMO)** **1827**

1.	O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1827
----	---	------